

DOSSIÊ

| 150 anos do *Manifesto*
Comunista

Anotações sobre a Europa em 1848

MODESTO FLORENZANO*

É lugar-comum dizer que se as idéias não movem o mundo o mundo não se move sem idéias. E a Europa nunca foi tão povoada de idéias visando mover o mundo como na década de 1840. Não são poucos os historiadores, das mais diferentes concepções, que chamaram a atenção para este fato. Para Namier, que era um conservador, “a revolução de 1848 foi precedida por um período de florescimento intelectual como a Europa nunca conhecera antes nem conheceria depois”; para Godechot, um liberal-democrata, entre 1815 e 1848, “nunca se tinha visto — e nunca ver-se-ia a seguir — um tão vivo florescimento de teorias políticas”; e para Hobsbawm, que é um marxista-comunista, em 1848, havia três modelos de revolução em circulação ao mesmo tempo: “o liberal moderado”, “o democrata radical” e “o socialista”.¹

Lembremos, nesse sentido, que, entre as décadas de 1830 e 1840, Comte, Tocqueville e Marx-Engels já tinham elaborado e formulado suas respectivas filosofias da história, constituindo, cada uma delas, como todos sabem, as mais elevadas e influentes teorias sociais deixadas pelo século XIX. Ora, essas teorias expressavam o que H. Arendt definiu com perspicácia, mas de maneira negativa e algo exagerada, como a “tremenda mudança intelectual que ocorreu em meados do século XIX (que) consistiu na recusa de encarar qualquer coisa ‘como é’ e na tentativa de interpretar tudo como simples estágio de algum desenvolvimento ulterior”.² Embora as influências desses pensadores, sobretudo de Marx e Engels, só se fizessem sentir depois de 1848, a maneira como todos eles interpretaram

* Professor do Departamento de História, FFLCH/USP.

1. Lewis Namier “Il Quarantotto, vivaio di storia”. In: *La rivoluzione degli intellettuali*, Torino, Einaudi, 1957, p. 211. Jacques Godechot *Le Rivoluzioni del 1848*, Novara, Instituto Geografico De Agostini, 1973, p. 127. Eric, J. Hobsbawm *A era das revoluções 1789-1848*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 130. Dos três historiadores, só Hobsbawm é vivo.

2. Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo*, Rio de Janeiro, Editora Documento, 1979, p. 230.

o papel e a importância da História não poderia expressar melhor a atmosfera intelectual reinante, na Europa, naquele momento.

Num lúcido comentário ao *Manifesto Comunista*, por ocasião do seu centenário, o historiador E. H. Carr, assinala que o famoso panfleto “apresenta a metodologia marxista em sua forma completamente desenvolvida: uma interpretação da história que é, ao mesmo tempo, um chamado à ação”. E embora outros escritos anteriores e posteriores ao *Manifesto*, prossegue Carr, “parecem insistir nas leis férreas do desenvolvimento histórico, que deixariam pouca margem à iniciativa da vontade humana (...) não alteram a dupla ortodoxia estabelecida no *Manifesto Comunista*, onde interpretação e ação, predestinação e livre arbítrio, teoria revolucionária e prática revolucionária marcham triunfalmente de mãos dadas”.³ Talvez, não constitua um exagero afirmar que todo o acirrado e rico debate, conhecido como *Zusammenbruchstheorie*, que se desenvolveu no final do século passado e início deste, no interior do marxismo, sobre a existência ou não existência, em *O Capital* de Marx, de uma teoria do colapso do capitalismo, teve como fundamento precisamente a tensão, e o enigma, entre determinação e liberdade.⁴

Assim, e voltando a 1848, quando Joseph Proudhon, o fundador do socialismo anarco-sindicalista, escreveu, nas *Confissões de um revolucionário*, publicadas em 1849, que o governo provisório, na França, criado pelas jornadas de fevereiro, era um “governo sem idéias e sem escopo”, não estava apenas formulando mais um paradoxo, ele que uma vez chamou a si mesmo de “um homem de paradoxos”.⁵ Estava, talvez, lamentando não a ausência de idéias, mas o seu excesso (e, naturalmente, a ausência das idéias dele, Proudhon). Na verdade, havia, entre os contemporâneos de 1848, tanto por parte dos que queriam (um)a revolução, quanto dos que a ela se opunham, uma aguda percepção sobre o poder transformador e subversivo das idéias, já que todos se lembravam dos precedentes revolucionários de 1789, de 1792-3 e de 1830. A ação das sociedades secretas, como a dos Carbonários, e o livro de Filippo Buonarroti, *A conspiração dos iguais de Graco Babeuf*, editado em

3. Edward Hallet Carr “El Manifiesto Comunista”. In: *Estudios sobre la revolución*, Madrid, Alianza Editorial, 1970, p. 24-25.

4. Ver Lucio Colletti *Il marxismo e il ‘crollo’ del capitalismo*, Roma-Bari, Laterza, 1977.

5. Sobre Proudhon, ver o ensaio de Carr “Proudhon: el Robinsón Crusoe del socialismo”, *op. cit.* p. 44-60.

Bruxelas, em 1828, vieram enriquecer o acervo em matéria de revolução, as quais, como se sabe, quando acontecem na prática é porque antes aconteceram nas mentes.

Ninguém se expressou melhor sobre isso do que os alemães, dos dois lados da barricada, isto é, dos que queriam levar a teoria à prática e dos que queriam impedir que isso ocorresse. Não vou lembrar aqui, de Marx e Engels (cujas brilhantes formulações nesse sentido são conhecidas de todos), mas do rei Guilherme, do pequeno Estado alemão de Württemberg, da sua formulação, lapidar, verbalizada a um diplomata, em 9 de maio de 1848, “Não posso montar a cavalo contra as idéias”.⁶ Assim, tanto quanto a presença das muitas idéias e dos vários programas revolucionários, o que ainda distingue 1848 é que, de ambos os lados da barricada, eram muitos os que sabiam que a revolução estava a caminho. Por isso, tanto Namier, quanto Hobsbawm, começam e terminam suas interpretações sobre 1848, com citações dos contemporâneos para enfatizar a consciência que estes tinham da iminência da revolução. Para Namier, “a revolução de 1848 era universalmente esperada, e foi supranacional como nenhuma outra antes ou depois de então”, e, para Hobsbawm, “raras vezes a revolução foi prevista com tamanha certeza, embora não fosse prevista em relação aos países certos ou às datas certas”.⁷

Assim, quando Tocqueville advertiu no profético, e muito citado, discurso à Câmara dos Deputados, de 27 de janeiro de 1848, sobre a iminência da revolução (“Não ouvis então... que direi?... Um vento de revoluções que paira no ar? Esse vento, não se sabe onde nasce, de onde vem, nem, acreditai, o que carrega...”),⁸ ele já havia sido precedido por outros. A começar por Vitor Hugo que, ainda em 1831, escrevia que ouvia por toda parte “o barulho surdo que fazem as revoluções, ainda encravadas nas entranhas da terra, estendendo sob todos os reinos da Europa suas galerias subterrâneas, ramificações da grande revolução central cuja cratera é Paris”. E por Metternich que, em 1832, escrevia: “Existe apenas um assunto sério na Europa de 1832, a revolução... a revolução social (que)

6. citado por Delio Cantimori “Realtà storica e utopia nel 1848 europeo”. In *Studi di storia*, Torino, Einaudi, 1976, vol. 3, p.686.

7. Namier, *op. cit.* p. 13 e Hobsbawm, *op. cit.* p. 332. No entanto, para o historiador Charles Pouthas, já falecido, e também especialista no tema, “No início de 1848 ninguém considerava iminente uma explosão revolucionária”. “Le rivoluzioni del 1848”. In: *Storia del mondo moderno* (ed. italiana da *The New Cambridge modern history*), Milano, Garzanti, 1970, vol. X, p. 494.

8. O discurso de Alexis de Tocqueville pode ser lido na edição brasileira de sua *A democracia na América*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1977, p. 586.

ataca os alicerces da sociedade”. Ninguém percebeu com mais profundidade do que o ministro prussiano, o conde von Galen, que a crise econômica geral, iniciada em 1848, e que iria se agravar o ano seguinte, havia tornado a revolução impossível de ser detida. Escrevia o ministro prussiano, em 1847, “o ano velho se encerrou em meio à carestia, o novo se abre em meio à fome. A miséria espiritual e física percorre a Europa em formas espantosas: uma sem Deus, a outra sem o pão. Ai se elas se dão as mãos”. E foi, precisamente, o que aconteceu. Nas palavras do historiador Taylor: “Os ideólogos tinham apelado às massas por sessenta anos; em 1848 as massas finalmente responderam ao seu chamado”.⁹

Todos os historiadores estão de acordo em considerar que a revolução de 1848 foi o resultado da fusão de duas crises: uma crise política e uma crise econômica. Não tenho espaço aqui para tratar desta última, lembro apenas que o historiador Labrousse demonstrou, por ocasião do centenário de 1848, e salvo engano, foi o primeiro a fazê-lo,¹⁰ que, entre 1846-1848, a França (e o mesmo, *mutatis mutandis*, vale para boa parte da Europa) passou, simultaneamente, pela última crise, aguda, de tipo antigo regime (isto é, por uma grave escassez de gêneros alimentícios básicos e que, a partir da agricultura, afetou também a indústria têxtil e o comércio a ela vinculados) e pela primeira crise, igualmente aguda, de tipo novo (isto é, capitalista, de superprodução, com escassez financeira e paralisação da indústria metalúrgica e ferroviária). Se cada uma das duas crises já era suficiente para provocar fome e desemprego e, em consequência, agitação social e revolta, as duas somadas, ao deixarem milhões de famintos e desempregados, agravaram a crise social já em curso por causa da industrialização, e em consequência, abriram o caminho à revolução.

Mas, como notou Labrousse, no texto já citado, embora existam crises econômicas decenais, não há revoluções decenais. Tanto é verdade que, os dois países mais industrializados da Europa, a Inglaterra e a Bélgica, estiveram entre os mais afetados pela crise, mas escaparam da revolução. Assim, o curso da crise econômica determina o momento da eclosão da revolução, mas esta só ocorre onde a crise econômica cruza-se, e funde-se, com uma crise política que a antecede. Não que na Bélgica e na

9. A citação de Vitor Hugo, foi retirada de J. P. T. Bury “Nazionalità e nazionalismo”. In: *Storia del mondo moderno*, op. cit., p.267; a de Metternich, de J. L. Talmon *Romantismo e revolta. Europa 1815-1848*, Lisboa, Editorial Verbo, 1967, p. 9; a de von Galen, de Namier, op. cit. p. 15 e a de A. J. P. Taylor, historiador conservador inglês, também já falecido, do ensaio “1848”, In: *Europe: grandeur and decline*, Londres, Penguin Books, 1967, p. 28.

10. Ernest Labrousse “1848; 1830; 1789: tres fechas en la historia de la Francia moderna”, In: *Fluctuaciones economicas e historia social*, Madrid, Editorial Tecnos, 1973, p. 463-478.

Inglaterra não tenha havido problemas e agitações políticas em 1848, mas, em ambas, não havia mais, por parte das classes proprietárias, questionamento às instituições políticas básicas, isto é, à monarquia e ao parlamento. Por isso, em 1848, na Bélgica, bastou ampliar um pouco mais o número de eleitores para colocar todos os proprietários do lado do governo. E na Inglaterra, o governo não sofreu nenhum abalo, apesar do problema irlandês; apesar da intensa agitação promovida pela *Anti-corn-law-league*; e, sobretudo, apesar do cartismo.

Este último, expressava a questão operária, que se havia tornado aguda precisamente nos dez anos que antecederam 1848. Os cartistas desenvolveram, a partir de 1838, uma intensa campanha de mobilização e de agitação, para angariar assinaturas e forçar o Parlamento a aprovar seu programa democrático de seis pontos, a Carta ao Povo, visto como condição indispensável para dar a todos os trabalhadores a possibilidade de obter sua emancipação política e econômica. O último esforço dos cartistas, a realização de uma manifestação monstro em 10 de abril de 1848, terminou em fracasso. Sobre este acontecimento, vejamos o testemunho de Fulk-Greville que, em seu diário do dia anterior, escrevia:

Londres inteira está preparada para responder a um levante dos cartistas amanhã: o qual será ou muito sublime ou muito ridículo. Todos os empregados e demais pessoas que se encontram nos diferentes escritórios devem, por ordem do governo, prestar juramento como guardas especiais e formar guarnições... Amanhã passaremos todo o dia no escritório, e eu mandarei todos os meus fuzis; em suma, estamos em estado de guerra (...) em Londres, todo *gentleman* tornou-se um guarda (...)

No dia seguinte comenta:

A anunciada tragédia transformou-se rapidamente em uma leve farsa. Mas prevalece a satisfação: todos se alegram pelo fato da demonstração defensiva ter sido feita, por que proporcionou uma grande e memorável lição, que não será esquecida (...) e produzirá um grande efeito em todos os países estrangeiros, mostrando como são sólidos os fundamentos sobre os quais nos apoiamos. Mostramos uma grande resolução e uma grande força (...)

E, Cantimori, o historiador italiano do qual extraímos esta citação, acrescenta: “É conhecido como os reacionários, os conservadores e os moderados franceses aprenderam a lição inglesa”.¹¹

Na verdade, o que aconteceu na Bélgica e na Inglaterra foi que 1848 havia sido decidido em 1831 e 1832. A constituição belga de 1831 reunia tudo o que liberais e burgueses poderiam querer como forma ideal de

11. Delio Cantimori, op. cit., p. 685.

governo: uma monarquia constitucional, rigidamente limitada, que estabelecia o claro reconhecimento da soberania do povo, um legislativo bicameral (onde ambas as câmaras eram inteiramente eleitas pelo povo), um poder judiciário (completamente independente), um clero pago pelo Estado (mas dele independente), e uma declaração de direitos dos cidadãos solidamente baseada nos princípios de 1776 e 1789 (e sob muitos aspectos mais avançada do que estes).¹² Não admira, assim, que, em 1848, a constituição belga tenha exercido uma considerável influência na Alemanha, Itália, Escandinávia e outros países.

Quanto à Inglaterra, o Ato de Reforma, aprovado em 1832, ao aumentar em 50% o número de eleitores (e deve ser dito que mesmo antes da reforma, o número de votantes na Inglaterra era o maior da Europa, superior àquele estabelecido pela constituição sueca de 1809, espanhola de 1812, norueguesa de 1814, holandesa de 1815, francesa de 1830 e belga de 1831) e ao reformar as circunscrições eleitorais com base na população, abriu caminho legal para a classe média, a burguesia empresarial, finalmente, poder ser maioria no parlamento. A reforma de 1832, eliminava qualquer possibilidade de conflito sério entre o capital agrário e o industrial e de uma eventual aliança entre este e a classe operária. O historiador Rudé colocou em dúvida que a Inglaterra tenha estado perto, ou na iminência, de uma revolução não só em 1848, como até mesmo em 1830-32, como chegaram a acreditar muitos historiadores. Afirmou Rudé, com razão, que “não houve revolução em 1832 não apenas por que os tories ou os lordes cederam às ameaças dos *whigs* ou dos radicais, como também por que ninguém importante queria uma revolução e por que aquela combinação de fatores políticos e materiais, a única a poder fazer a revolução possível, estava conspicuamente ausente”.¹³

Com efeito, examinando-se todas as grandes revoluções do ocidente, da inglesa de 1640 à russa de 1917, verifica-se que, em todas elas, ocorreu, previamente, entre outras coisas, uma alienação dos intelectuais com relação ao Estado e uma fratura — e uma crise moral — no interior das classes ou frações de classes dominantes. Ora, nenhuma dessas duas condições existia na Inglaterra e na Bélgica em 1848, bem como também não existia (ou porque tinha acabado de ser superada, ou porque estava

12. Cf. J. H. Hawgood, “Liberalismo e sviluppi costituzionali”. In: *Storia del mondo moderno*, op. cit., p. 238.

13. George Rudé “Why was there no revolution in England in 1830 or 1848?”. In: *Studies Über Die Revolution*, (vários autores), Berlin, Akademie-Verlag, s/d., p. 243. O historiador Rudé também é já falecido.

em refluxo, ou, ainda, porque não havia emergido) na Suíça, na Polônia, na Península Ibérica, na Escandinávia e na Rússia (daí porque em nenhuma dessas regiões houve revolução). Mas, a alienação dos intelectuais, a fratura — e a crise moral — no interior das classes dominantes existia na França. E existia também, agravada ainda pelo problema nacional, em todo o vasto território formado pelos 39 Estados alemães, pelos 7 Estados italianos e, sobretudo, pelo império Habsburgo. Em outras palavras, e para retomar a formulação de Rudé, nesses países, ao contrário do que ocorria na Inglaterra, eram numerosas as pessoas importantes que queriam uma revolução. Começemos pela França.

Na França, a Revolução de 1830, fora “uma revolução pela metade”, na feliz formulação de Vitor Hugo. Como bem lembrou o historiador Droz, “os franceses tinham sonhado com um soberano que os levaria ao sufrágio universal e com uma monarquia que seria, segundo a famosa frase, a melhor das repúblicas; mas confrontaram-se com um rei que se opôs a toda emancipação política e que se negou a reconhecer outra coisa que não fosse o ‘país legal’, desprezando o ‘país real’.”¹⁴ À oposição que reclamava a reforma eleitoral e parlamentar, Guizot, ministro e ideólogo do regime, obcecado com sua política do *juste milieu*, respondia *enrichissez-vous*. Na verdade, mais do que o rei, foram, por um lado, e sobretudo, a grande burguesia orleanista, e os seus grandes porta-vozes e líderes, a começar por Guizot, e, por outro, e em menor escala, a nobreza legitimista, os responsáveis pelo fracasso do regime criado em 1830.

A nobreza legitimista porque nunca aceitou a nova dinastia, e depois de abandonar, em um primeiro momento, Paris e a política, refugiando-se em suas terras e reaproximando-se dos camponeses, quando, em um segundo momento, retornou à capital e à política, ficou na oposição e, no fim, chegou até mesmo a votar com os republicanos contra o governo. E a burguesia orleanista porque, com seu exclusivismo, isolou-se perigosamente no poder. Nas *Lembranças de 1848*, Tocqueville assim interpretou esse comportamento: “todos os poderes políticos, todas as franquias, as prerrogativas, o governo inteiro, encontraram-se encerrados e como que amontoados nos limites estreitos da burguesia, com a exclusão (de direito) de tudo o que estava abaixo dela e (de fato) de tudo o que estivera acima. Assim, a burguesia não só se tornou a única dirigente da

14. A citação de Vitor Hugo foi retirada de J. H. Hawgood, op. cit., p. 236 e a de Jacques Droz *Europa: restauracion e revolucion 1815-1848*, México, Siglo XXI, 1974, p. 272.

15. Alexis de Tocqueville *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em Paris*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, tradução de Modesto Florenzano, p. 35.

sociedade, mas também converteu-se em sua arrendatária”.¹⁵ Se, como bem viu Tocqueville, levamos em conta os que estavam acima da burguesia, isto é, os legitimistas, dir-se-ia que, na véspera de 1848, a luta de classes que conflagrava a sociedade francesa era quadrangular, e não apenas triangular, entre duas burguesias e as massas, como propuseram os historiadores Labrousse e Droz.

É conhecida a opinião de Engels, segundo a qual, os romances de Balzac explicam a sociedade francesa de classes, de meados do século XIX, melhor do que os livros de história. Se a opinião de Engels (que era também a de Marx) é mais do que justa, cabe acrescentar que nenhum livro de história permite compreender melhor o comportamento e a mentalidade da nobreza legitimista e da burguesia orleanista, durante a Monarquia de Julho, do que o romance *Lucien Lewen* de Stendhal, e o de todas as facções da burguesia, em 1848, do que a *Educação sentimental* de Flaubert.

Em 1830, Tocqueville, em oposição a seus pais e amigos, todos legitimistas, tinha jurado fidelidade à nova dinastia porque, como Guizot e tantos outros liberais, estava convencido que, com o novo regime, o drama iniciado em 1789, tinha, finalmente, acabado. Mas, em algum momento dos anos quarenta, deu-se conta de que, como afirma nas *Lembranças...*, tinha confundido o fim de um ato com o fim da peça, ou seja, que a revolução francesa não tinha acabado ainda. Novamente, ele não foi o único, pois, em 1840, o historiador republicano Edgar Quinet advertia: “A burguesia acusou a antiga realeza de ter oposto uma resistência implacável ao espírito de seu tempo, e de ter acumulado por isso uma revolução igualmente implacável. Que ela se cuide para não cair no mesmo erro...”.¹⁶

Mas, Guizot, ao contrário de Quinet e Tocqueville, ficou até o fim, isto é, até 1848, convencido que o 1830 francês era o perfeito equivalente do 1688 inglês. Como Hegel, também Guizot, acreditava no fim da história. Por isso, depois de 1830, ele e o liberalismo burguês francês como um todo — que havia sido tão criativo e rico, durante a Restauração, não nos esqueçamos o quanto o conceito de luta de classes de Marx, como ele próprio reconheceu, devia àqueles pensadores — não tinha mais nada a dizer e face à revolução de 1848 e suas lutas de classes, ficou completamente traumatizado. Em 1853, o historiador liberal Augustin Thierry, assim revelava sua perplexidade: “Quando eclodiu sobre nós a

16. *Avertissement au pays*, reproduzido em C. Fohlen e J. R. Suratteau *Textes d'histoire contemporaine*, Paris, Sedes, 1967, p. 252.

17. Citado por Alice Gérard *La Révolution Française, mythes et interprétations 1789-1970*, Paris, Flammarion, 1970, p. 51.

catástrofe de 1848, eu senti o golpe de duas maneiras, como cidadão e como historiador. Por esta nova Revolução, a história da França parecia-me tão subvertida quanto a própria França”.¹⁷

Passemos agora, rapidamente, à revolução de 1848 na Itália, Alemanha e império austríaco, a qual parecia apenas aguardar o sinal vindo de Paris, para começar. “As nossas revoluções, como as nossas modas, temos que recebe-las de Paris”, escrevia em 1849, F. D. Bassermann, um dos líderes dos liberais moderados no Parlamento de Frankfurt”.¹⁸ Em 1848, como lembrou de maneira espirituosa Taylor, “foi a última vez que a França espirrou e o resto da Europa apanhou um resfriado”.¹⁹ Contudo, deve ser lembrado que a revolução antes de explodir em Paris, em 24 de fevereiro, de 1848, tinha já explodido em Palermo, na Sicília, um mês e meio antes. Deve-se olhar com muita atenção para a conjuntura histórica existente na Itália a partir de 1846, pois ela permite corrigir a tendência, herdada dos próprios contemporâneos, a superdimensionar o papel desempenhado pela França na Revolução de 1848. Como muito bem notou Godechot: “não se pode afirmar que sem a revolução parisiense funcionando como detonador ela não teria, apesar de tudo, posto fogo na Europa”.²⁰ E de acordo com o historiador italiano Candeloro “a onda revolucionária de 1848 teve precisamente na Itália um dos seus principais centros de irradiação: das agitações e das reformas de 1846-47 saiu com efeito a revolução de Palermo de 12 de janeiro de 1848 e, conseqüentemente, a concessão de Estatutos (Constituições) em Nápoles, em Florença, em Turim e em Roma. O movimento italiano tinha já chegado espontaneamente a um ponto muito avançado quando recebeu um novo e poderoso impulso da revolução parisiense de fevereiro de 1848 e da conseqüente revolução de março em Viena. Por isso pode-se até mesmo afirmar que o rápido e aberto desenvolvimento do movimento liberal e nacional na Itália nos vinte meses compreendidos entre a eleição de Pio IX e a revolução parisiense exerceu um notável influência sobre a situação européia”.²¹

Seja como for, decorridas poucas semanas das jornadas de fevereiro, a revolução explode em Berlim e em Viena, entre 11 e 18 de março. Para Taylor, “a revolução de Viena foi o evento central de 1848, tão significativo quanto a queda da Bastilha, em 1789... ambas simbolizavam a velha ordem

18. Citado por Lewis Namier, *op. cit.*, p. 21.

19. A. J. P. Taylor, *op. cit.*, p. 31.

20. Jacques Godechot, *op. cit.*, p. 189.

21. Giorgio Candeloro *Storia dell'Italia moderna*, Milão, Feltrinelli, 1960, vol. 3, p. 5.

e caíram com ela. A autoridade monárquica sobre os ‘súditos’ perdeu sua sanção divina em 14 de julho de 1789; o direito dinástico sobre os povos perdeu sua sustentação em 13 de março de 1848. Os “Direitos do Homem” triunfaram nas ruas de Paris; os direitos das nações nas ruas de Viena. Era o fim do governo baseado na tradição. Daqui para a frente os povos poderiam ser governados somente pelo consentimento ou pela força”.²²

Mas, o curso da história, como se sabe, não é linear, entre os momentos de nascimento do novo e da morte do velho e seus, respectivos, triunfos e retiradas do cenário histórico, o tempo se arrasta e os princípios e as instituições representativas do que é arcaico e do que é moderno combinam-se de maneira singular, dando lugar a formas compósitas e bizarras. Os princípios e a realidade histórica decorrentes tanto da Revolução Francesa de 1789, quanto da Revolução Industrial inglesa, tinham dado um golpe de morte, no antigo regime e em tudo o que o caracterizava, absolutismo político, sociedade hierárquica e aristocrática, relações ainda feudais no campo, etc. Ora, o que era a Áustria de Metternich, entre 1815-1848, senão a encarnação viva, a defensora intransigente, de tudo isso? Os muitos milhões de europeus, de todas as condições e nacionalidades, que viviam sob o domínio do império Habsburgo que anelavam por liberdade, quer fosse somente a liberdade política, ou a econômica, ou a social, ou a nacional, ou todas elas juntas, sentiam-se tolhidos, reprimidos e sufocados pela burocracia, pela polícia, pela espionagem e pela censura onipresentes. Por isso, a Áustria, juntamente com a Rússia, era o objeto de todos os descontentamentos e de todos os ódios.

E no entanto, não é que, uma vez passada a tempestade revolucionária, o império Habsburgo sobreviveu até a Primeira Guerra Mundial? Pode-se dizer que o fracasso da revolução de 1848, na Itália, na Alemanha e no império Habsburgo, deveu-se, fundamentalmente, a três fatores: ao medo que a burguesia tinha da revolução social, ou democrática; b) aos vários e conflitantes nacionalismos; e c) à habilidade do império Habsburgo em se reformar e lidar com os problemas. Não vou aqui tratar do primeiro fator, que me parece bastante conhecido. Lembro apenas que, Camilo Benso di Cavour, o futuro arquiteto da unificação italiana, anteviu, com profundidade, o que iria acontecer, com as várias burguesias, uma vez iniciada a revolução. Ainda em 1846, afirmava, profeticamente: “Se a ordem social chegar a ser genuinamente ameaçada, se os grandes princípios sobre os quais ela repousa vierem a estar diante de um sério risco, então muitos dos mais decididos opositoristas, os

22. A. J. P. Taylor, *op. cit.*, p. 33-34.

mais entusiásticos republicanos, serão, temos certeza, os primeiros a aliam-se aos flancos do partido conservador”. Depois, em 1853, Giuseppe Ferrari, assim se exprimia sobre a situação contraditória vivida pelos burgueses na Itália (e, também na Alemanha e Áustria), em 1848: “Na França pedia-se a revolução do pobre, na Itália não tinha ainda chegado a revolução do rico”.²³

Nesse sentido, a revolução de 1848, na Itália, na Alemanha e no império Austríaco foi exemplar; daí seu caráter confuso, seu curso descombinado e seu resultado contraditório, pelo menos na aparência e no curto prazo. Os franceses cunharam a expressão *esprit quarante-huitard*, para caracterizar o clima, lírico, romântico, reinante em fevereiro de 1848, e os italianos a expressão *fare un quarantotto*, para designar a confusão e a falta de coordenação que marcaram a revolução italiana de 1848. Mas, foi na Alemanha, sobretudo, onde se manifestaram com mais intensidade a confusão e o espírito romântico, e irrealista, e onde todos os componentes de 48 estiveram presentes: o econômico, o social, o político e o nacional.

Era na Prússia e no império Habsburgo que se localizavam as “nações históricas”, que lutavam para construir seus respectivos estados independentes: alemães, italianos, húngaros e poloneses; bem como as chamadas nações “não históricas”, como a dos checos, eslovenos, rutenos, croatas e sérvios que, precisamente em 1848, queriam ser reconhecidas como nações. Como assinalou Taylor, a surpresa de 1848 foi o aparecimento das nações não-históricas: “as nações históricas, desafiando a ordem tradicional da Europa, eram elas mesmas desafiadas pelas nações não históricas. Eslovenos e croatas disputavam as históricas reivindicações da Itália nacional; eslovenos, croatas, sérvios e romenos repudiaram a Grande Hungria; os tchecos questionaram o domínio alemão na Boêmia; os poloneses lutavam nos dois campos — resistiram às reivindicações dos alemães na Posnânia, ainda que no Leste suas próprias reivindicações “históricas” eram desafiadas pelos ucranianos”.²⁴

Como se sabe, o princípio nacional reivindicado em 1848 tinha uma fundamentação distinta do princípio francês. Enquanto neste havia sido o Estado (portanto, a política) o ponto de partida da nacionalidade, naqueles

23. A citação de Cavour encontra-se em Hobsbawm, *A era do capital 1848-1875*, p. 35 e a de Ferrari em Gaetano Salvemini *Scritti sul Risorgimento*, Milano, Feltrinelli, 1961, p. 462.

24. A. J. P. Taylor, op. cit., p. 29-30. Em 1848, das quatro nações históricas, assim chamadas por que em algum momento do passado haviam vivido como unidades políticas independentes, só os alemães não estavam sob dominação estrangeira, embora estivessem politicamente separados e sob dominação absolutista; ao passo que, entre as nações não-históricas, assim chamadas porque nunca haviam, em algum momento do passado, desfrutado de unidade e independência política, todas se encontravam sob dominação estrangeira: ou prussiana, ou austríaca, ou russa.

o Estado (portanto, a política) era o ponto de chegada, isto é, a nacionalidade existe em decorrência de uma língua, e/ou de uma etnia próprias e, por causa disso, elas devem ter o direito de se constituírem em uma comunidade política independente, em um Estado nacional. Em 1848, foi o italiano Giuseppe Mazzini o grande teórico, e a figura emblemática, do princípio das nacionalidades (“A única idéia hoje fecunda e poderosa na Europa é a idéia da liberdade nacional; o culto do princípio começou”, escrevia em 1832; e, mais tarde, “A nação é a universalidade dos cidadãos que falam a mesma língua”; e também, e profeticamente, “a questão da nacionalidade está destinada a dar o seu nome ao século”).²⁵ Mas, como se sabe, foram os alemães, a começar pelo filósofo Herder, os que antes formularam este conceito de nacionalidade que é lingüístico e racial, mais do que político e territorial.

Mas, uma Europa das nações, baseada no princípio da língua, como a sonhada por Mazzini e tantos outros, era irrealizável, porque, entre outras coisas, era contraditória: sua realização, implicava no que Namier chamou de “uma grande guerra européia de cada nação contra seus vizinhos”. Se até mesmo o sonho mazziniano de uma comunidade universal de nações irmãs, não estava isento do preconceito de superioridade, pois, à Itália cabia um lugar, uma missão, de liderança (bem como o sonho de Mickiewicz que considerava a Polônia “o Cristo das nações” que “ressurgirá e libertará da escravidão todas as nações da Europa” e o de Michelet que escrevia, em 1846, “Minha pátria, minha pátria somente pode salvar o mundo”)²⁶ o que não se poderia esperar do nacionalismo alemão?

O filósofo Fichte acreditava que somente os alemães constituíam uma verdadeira nação, falando uma língua viva, ao passo que as outras línguas “mortas na raiz”, não eram mais do que ecos. Em 1808, assim exortava os alemães: “De todas as nações modernas sois vós que carregais mais claramente a semente da perfeição humana, e é vossa missão desenvolvê-la. Se ela percesse em vós, todas as esperanças da humanidade para a cura dos seus males profundos pereceriam também”.²⁷ Os historiadores Namier e Taylor estavam convencidos que, em 1848, praticamente todos os alemães instruídos, isto é, de origem burguesa ou nobre, estavam imbuídos de sentimento nacionalista, de crença na superioridade do alemão sobre os demais povos.

25. Citações retiradas de Lewis Namier, *op. cit.*, p. 165 e 175.

26. *Idem*, p. 179.

27. *Idem*, p. 179.

Não sem satisfação, esses dois historiadores comprazeram-se em mostrar que até revolucionários radicais e internacionalistas, como Marx e Engels, eram portadores desse sentimento. Em suas interpretações sobre 1848 eles exploraram ao máximo esse aspecto e demonstraram, de maneira brilhante diga-se, como a burguesia alemã, com poucas exceções, esteve disposta a negociar, e até mesmo a renegar, todos os princípios, exceto o princípio de um Estado nacional poderoso. “A liberdade através do poder: tal o caminho destinado à Alemanha”, escrevia o acadêmico Dahlmann, um dos líderes das assembleias de Frankfurt, em abril de 1848. Assim, mesmo tendo fracassado, a revolução alemã conseguiu assustar outras nacionalidades. Quando em maio de 1848, von Wächter, foi para Praga em missão oficial, para dialogar com os tchecos, e declarou que “nós os alemães queremos tomar os tchecos em nossos braços. Sim, exclamaram estes, para estrangular-nos”. Um mês antes, Palacky, o líder do movimento nacional tcheco escreveu: “Na realidade, se o império austríaco não existisse, no interesse da Europa, ou melhor da humanidade, seria necessário criá-lo sem demora”.²⁸

Cavour, para citá-lo mais uma vez, em um discurso, proferido em outubro de 1848, afirmou: “O germanismo mal nasceu e já ameaça turvar o equilíbrio europeu, já manifesta pensamentos de predomínio e de usurpação”. Cavour pareceu entrever o que o poeta Heine profetizou em 1834: “A revolução alemã não será mais nobre e mais suave pelo fato de ser precedida pela crítica de Kant ou pelo eu transcendental de Fichte ou pela própria filosofia da natureza. Estas doutrinas serviram para liberar forças revolucionárias que esperam apenas pela sua hora para explodir e encher o mundo de temor e de estupor”.²⁹

O poder da dinastia Habsburgo, que se caracterizava precisamente por ser supranacional, pôde, uma vez feito do susto e da paralisação inicial, se recompor. E pôde se recompor por que, apesar da insurreição vitoriosa em Viena, de março a outubro, o esteio burocrático, militar e social, do Estado permaneceu intacto. Depois da queda de Metternich e da abdicação do imperador, os novos dirigentes puderam explorar a fundo as divisões e os temores que dominavam as várias camadas da burguesia e manobrar a vontade entre os povos, porque dispunham de um exército estruturado e obediente, de um aliado, a Rússia, pronto a ajudá-los e,

28. As três citações foram retiradas de Lewis Namier, *op. cit.*, p. 219, 155 e 122, respectivamente.

29. Citado por J. P. T. Bury, “Introdução”, *Storia del mondo moderno*, *op. cit.*, p. 17.

sobretudo, porque souberam eliminar, com uma reforma pelo alto a ameaça mais séria: a revolução camponesa.

O imperador da Prússia, Frederico Guilherme IV, disse em 23 de março de 1848, a uma delegação polonesa da Posnânia, que uma das mais altas personalidades austríacas tinha-lhe confidenciado o seguinte: “As desordens italianas e suíças causaram-nos muito dano, e a crise financeira causou-nos muitas dificuldades; mas nada tem sido tão ruinoso para a nossa monarquia como a insurreição dos camponeses...”.³⁰ Compreende-se assim, porque em plena crise revolucionária, o Estado austríaco aboliu a servidão que ainda pesava sobre os camponeses e com isso rompeu uma possível e irresistível aliança revolucionária entre campo e cidade. Conta-se que, o príncipe Alfred Windischgrätz, um dos arquitetos da reconstrução do domínio Habsburgo, protestou junto ao próprio imperador, em fevereiro de 1850, contra as reformas que haviam prejudicado os interesses dos grandes proprietários, nos seguintes termos: “Nem mesmo o comunista mais avançado ousou pedir as leis que Vossa Majestade decretou”.³¹

Assim, quer pelo medo, hesitação, desunião e fraqueza dos adversários, quer por sua capacidade de se auto-reformar, o império austríaco dos Habsburgo conseguiu uma sobrevida, que antes e durante a tempestade de 1848, parecia impossível. No prefácio à edição italiana de 1893 do *Manifesto Comunista*, Engels escreveu que “os homens que abateram a revolução de 1848 foram, malgrado seu, os seus executores testamentários”, o que significa dizer que, como bem assinalou Hobsbawm, não é que a Europa tenha falhado em mudar em 1848, “falhou foi em mudar de uma forma revolucionária”.³²

30. Lewis Namier, *op. cit.*, p. 30.

31. *Idem*, p. 36.

32. Eric. J. Hobsbawm *A era do capital 1848-1877*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 30. A frase de Engels foi retirada de Osvaldo Coggiola (org.) *Manifesto Comunista de Marx e Engels*, São Paulo, Boitempo, 1998, p. 82.

O *Manifesto*: relíquia histórica ou documento atual?

ATÍLIO B. BORÓN*

Quase vinte e cinco anos após a publicação do *Manifesto* e no momento em que silenciava a artilharia contra a Comuna de Paris, Marx e Engels julgaram conveniente reexaminar esse escrito a fim de avaliarem o que nele existia de relevante e o que poderia ser relegado ao esquecimento. O diagnóstico, formulado no prefácio de 1872, afirmava que os “princípios gerais” enunciados no *Manifesto* tinham resistido incólumes com o passar do tempo. Naturalmente, o mesmo não ocorreu com a “aplicação prática” desses princípios — dependentes das circunstâncias e contingências particulares —, com sua crítica à literatura socialista da época e com as táticas a empregar pelos comunistas em relação aos diferentes partidos da oposição.

Os “princípios gerais”, aludidos pelos dois autores, foram posteriormente sintetizados por Engels, no “Prefácio” à edição alemã (1883) do *Manifesto* — poucos meses antes da morte de Marx —, da seguinte maneira: a) que o modo de produção e a estrutura social que dele se deriva em cada época histórica constituem os cimentos da história intelectual e política da mesma; b) que desde a dissolução da comunidade primitiva, caracterizada pela propriedade comum da terra, a história da humanidade tem sido a história da luta de classes, entre exploradores e explorados, entre dominantes e dominados; e que c) estas lutas alcançaram um estágio onde o proletariado, como classe explorada e oprimida, já não pode emancipar-se da classe que o explora e o oprime sem liberar ao mesmo tempo toda a sociedade da exploração e da opressão, ou seja, pondo um fim à luta de classes. Esta brevíssima síntese de Engels é, convém assinalar, um fiel reflexo do esboço traçado pelo próprio Marx em sua famosa “Introdução” de 1859 aos *Grundrisse*.

* Professor titular de Ciência Política da Universidade de Buenos Aires, Argentina. Integra o conselho de colaboradores internacionais de *Crítica Marxista*. Tradução do castelhano de Caio N. de Toledo.

Caberia indagar se os “princípios gerais” do materialismo histórico seguem sendo, “substancialmente exatos” em fins do século XX. Os dados disponíveis sobre a concentração e centralização do capital, sobre a gigantesca gravitação dos monopólios, sobre a crescente desigualdade econômica e social, sobre a polarização social e sobre a persistência da exploração e da opressão apoiam com firmeza os prognósticos esboçados no *Manifesto* e desenvolvidos num plano teórico mais profundo e minucioso em *O Capital*. Conviria não perder de vista que, diferentemente deste último, aquele foi um livro de agitação e propaganda, urgentemente encomendado pela Liga dos Comunistas ante a iminência da revolução que se avizinhava. Numa carta enviada a Marx em 1845, Engels informava sobre a crescente agitação reinante na Renânia, observando que “o que sobretudo agora nos falta são duas ou três obras importantes onde encontrem uma base sólida as que somente entrevêem as coisas, a quem lhes gostaria saber, mas não podem desenvolver por si mesmos”. Pouco tempo depois, Marx e Engels haveriam de por mãos à obra. Mas *A ideologia alemã* resultou num texto, segundo seus autores, destinado à “crítica roedora dos ratos”, concebido como uma tentativa de fazerem um “ajuste de contas” com a herança do idealismo transcendental alemão e não como um instrumento para educar as massas na conjuntura pré-revolucionária em gestação. Esta tarefa estaria reservada ao *Manifesto Comunista*.

a) Os acertos duradouros do *Manifesto* ...

Tem alguma “atualidade” o *Manifesto*? Segundo Ellen Meiksins Wood, “o que o *Manifesto* tem para dizer em relação ao desenvolvimento capitalista é assombrosamente profético”. Em maior ou menor medida, o capitalismo materializou as profecias que ali se formularam acerca de sua universalização, “tendo derrubado todas as muralhas chinesas que se opunham à sua expansão mundial e disseminado seus imperativos de acumulação e competição em cada rincão do planeta”.¹ Esta perspectiva assinala que as transformações ocorridas a partir da reestruturação neoliberal somadas ao desaparecimento da União Soviética e dos países do Leste Europeu fizeram com que o capitalismo alcançasse um grau de desenvolvimento, tanto em extensão como em profundidade, sem precedentes na história. Do ponto de vista político, a cumplicidade entre os estados neoliberais e o capital “globalizado” tornou-se ainda mais

1. Ellen M. Wood — “Revisiting the Communist Manifest”. In: *Against the current*, nº 72. vol XII, jan./feb. 1998.

transparente, renovando assim as credenciais de uma das teses centrais do *Manifesto* acerca do Estado — “o comitê que administra os assuntos comuns da classe burguesa”. Isto significa dizer a “lógica do movimento” do capitalismo prevalece agora como nunca anteriormente: espacialmente, porque abarca um âmbito geográfico muito superior a qualquer outro antes existente; socialmente, porque o capitalismo “mercantilizou” todos os aspectos da vida social, desde a força de trabalho até a saúde mental e o meio ambiente, desde as crenças religiosas até a identidade dos sujeitos. “Tudo que é sólido se dissolve no ar”, afirma o *Manifesto*, e “todo o sagrado é profanado e, ao fim, o homem é constrangido a enfrentar, com fria sobriedade, sua verdadeira condição na vida e nas relações com os demais”.

Curiosamente, porém, esta “onipresença” do capitalismo, este “estar em todas partes” parece torná-lo “invisível”.² O capitalismo se “naturalizou” e se “eternizou”. No plano teórico, isto se manifestou sob duas formas: por um lado, a direita neoliberal entoou hinos ao “fim da história”, ao reino dos mercados e da democracia liberal, ao estilo de Francis Fukuyama e sua plethora de seguidores; por outro lado, um pós-marxismo envergonhado (niilista, eclético, pós-moderno) que postula, violando alegremente todas as regras da lógica, formal ou dialética, abandonar Marx e decretar a morte do marxismo posto que o capitalismo se universalizou!

Num texto de 1937, Trotski busca distinguir as teses que “retêm pleno vigor no dia de hoje daquelas que requerem importantes alterações ou ulteriores desenvolvimentos”.³ Entre as primeiras o revolucionário russo inclui a concepção materialista da história; a permanência da luta de classes (negada, segundo o autor, pelos revisionistas, social-democratas e stalinistas); a anatomia da sociedade capitalista e o papel do trabalho assalariado; a tendência à pauperização dos trabalhadores; o caráter cíclico das crises; a natureza classista do Estado; o caráter político da luta de classes (tese que é examinada e refinada em Meiksins Wood); a impossibilidade para o proletariado de conquistar o poder político no marco das instituições burguesas (contra todo tipo de reformismo); a necessidade histórica da ditadura do proletariado; o caráter internacionalista da revolução proletária; a extinção do Estado e, por último, a tese do caráter

2. Idem — “What is the ‘postmodern agenda’?”. In: E. M. Wood & J. B. Foster, *In defence of History*. N.Y., Monthly Review Press. (Este artigo foi publicado em *Crítica Marxista*, nº 3, 1996. Nota do tradutor)

3. Leon Trotski — “Ninety years of the Communist Manifesto”. 1937. (Este ensaio faz parte da coletânea de textos, organizado por O. Coggiola, publicado pela Boitempo Editorial, 1998; ver, neste número de CM, resenha desse livro. Nota do tradutor.)

apátrida do proletariado. Neste escrito, Trotski apenas enuncia essas teses, de maneira que resultaria difícil — e possivelmente seria injusto — tratar de examiná-las à luz dos desenvolvimentos posteriores. Em geral, pode-se dizer que, em boa parte dos casos, ele tenha acertado, ainda que o caráter polêmico de seu texto — dirigido contra o stalinismo e contra os reformistas social-democratas — às vezes conspira para debilitar o rigor teórico de seus argumentos.

Uma visão semelhante é sustentada pelo trotskista britânico Alan Woods, com abundante uso de materiais empíricos que sustentam sua tese sobre a permanente vigência das teses fundamentais do *Manifesto*.⁴ Woods dá particular atenção aos processos de concentração e centralização do capital nos mais diversos setores da produção, os serviços e as finanças; às megafusões empresariais havidas nos últimos anos e à incontida expansão do desemprego de massas. Infelizmente, o autor não desenvolve suas idéias na direção dos aspectos do *Manifesto* que deveriam ser reformulados.

Em resumo, e para concluir esta parte, fazemos nossas as palavras de Marshall Bermann:

Há mais de 30 anos (...) me ensinaram que [o *Manifesto*] era obsoleto e que, apesar de nos ajudar a entender o mundo de 1860, a verdade é que não tinha nenhuma relação com o mundo de 1960: o mundo do Estado de bem-estar e da guerra fria. É irônico, pois, na medida em que fico mais velho, o *Manifesto* mais rejuvenece; pode-se mesmo afirmar que tem mais relevância no final do século XX do que na metade do século XIX.⁵

Tal como o famoso retrato de Dorian Gray, o *Manifesto* parece cada dia mais jovem e atual.

b) ... e suas lacunas

Embora continuem válidas as formulações de Bermann, impõe-se aqui também a necessidade de se examinar os vazios, os pontos cegos e as ausências existentes no *Manifesto*. Seria desonrar a memória de Marx e Engels fazer de seu texto um “livro sagrado” que dispensaria a exigência de uma leitura crítica, convertendo-o, assim, numa espécie de *Talmud* laico em cujas páginas estaria encerrada toda a sabedoria da história passada, presente e futura.

4. E. M. Wood — “Revisiting...”; op. cit.

5. Marshall Bermann — “Marx y el futuro”. *Que hacer?*, Lima, nº 100, mar/abril de 1996;

Uma análise detalhada do *Manifesto* foi realizada por Juan Ramon Capella. Embora se proponha a recuperar a atualidade do texto de Marx e Engels, seu empreendimento, no entanto, privilegia mais a dimensão moral do *Manifesto* — o tema recorrente da exploração — do que a pertinência da análise sobre a sociedade capitalista. Parece-nos que uma das chaves para entender esta atitude radica na visão equivocada que o autor tem sobre o caráter do *Manifesto* e seu lugar no projeto teórico-político dos jovens alemães. É por esta razão que Capella sustenta, por exemplo, que: “O *Manifesto Comunista* foi originalmente, sem dúvida, um texto ocasional, de circunstâncias, redigido às vésperas da onda revolucionária de 1848 com a urgência de deixar para trás velhas idéias (...) O caráter circunstancial do texto, em pouco tempo, obrigou seus autores a considerar obsoletas algumas de suas partes, bem como, mais tarde, momentos centrais de sua concepção dos processos históricos”.⁶

Capella acerta ao observar que Marx e Engels consideraram que o *Manifesto* havia envelhecido em algumas de suas partes. Contudo, não foram partes “bastante centrais” de sua concepção do processo histórico que teriam sido declaradas obsoletas e caducas. Pelo contrário, como Marx e Engels explicitaram de maneira bastante clara, “os princípios gerais desenvolvidos neste Manifesto seguem sendo substancialmente exatos”. Somente tem razão quando propõe uma leitura do *Manifesto* basicamente a partir da atual conjuntura. Contudo, sua própria proposta tem uma resolução um pouco inconsistente porque — apesar dos argumentos anteriores (envelhecimento de partes “bastante centrais do *Manifesto*) — a análise pormenorizada que realiza demonstra precisamente a validade dos “princípios gerais”.

Esquemáticamente, poderíamos identificar dois grandes grupos de problemas: por uma parte, temas do *Manifesto* que contêm teses que necessitam ser revisadas; por outra, os “temas ausentes” ou cujo tratamento, no melhor dos casos, não passa do plano meramente enunciativo. Em relação ao primeiro grupo, assinalamos o seguinte:

I) em primeiro lugar, uma subestimação das potencialidades de desenvolvimento contidas no próprio seio do capitalismo. De fato, Marx e também Engels, se encarregaram de reconhecer isso, em mais de uma oportunidade, sobretudo em seus diversos escritos sobre o bonapartismo e o bismarckismo, respectivamente;

II) paralelamente a isso, houve uma superestimação acerca da maturidade revolucionária da classe operária. Marx e Engels rapidamente

6. Juan R. Capella — *El ciudadano siervo*. Valencia, Ed. de la Universidad, 1993. p. 158/9

se deram conta de seu erro e, em sucessivos escritos, adotaram uma perspectiva muito mais realista sobre as dificuldades existentes para que o proletariado se convertesse em “classe para si”, se organizasse em partido político e, assim, se colocasse como vanguarda de um vasto bloco de classes e camadas populares;

III) um tema corretamente identificado e tratado por Trotski foi o da extinção das classes e das camadas intermediárias, que, na perspectiva desse autor, teria sido abordado de forma unilateral do *Manifesto*. Com efeito, há no Manifesto uma subestimação das tendências em relação ao crescimento de uma “nova classe média” constituída por empregados, administradores, técnicos e todo um conjunto de “empregados de colarinho branco” que tornaram mais complexa a paisagem classista do capitalismo avançado. A este respeito, caberia também recordar que, uma vez mais, em textos posteriores de Marx, em particular o capítulo VI (inédito) de *O Capital*, este tema foi tratado extensamente;

IV) por último, a inexistência no *Manifesto* de uma reflexão em torno da transformação da livre concorrência em monopólio.

Um capítulo à parte merecem, finalmente, os “temas ausentes” ou os vazios teóricos do livros: a questão ecológica, o sexismo e o tema do nacionalismo.

Neste sentido, as observações de Capella sobre a primeira questão são corretas. Reconhecer a gravidade da ameaça ecológica e o silêncio do *Manifesto* acerca disso é uma coisa; contudo, não se pode aceitar a afirmação de que as relações de “tipo ecológico” são mais fundamentais que as relações de produção. Se os camponeses da Amazônia queimam as matas, usam a terra para a agricultura por um breve período e, em seguida, quando o solo fica árido, põe novamente fogo na floresta, não é porque sejam ecologicamente inconscientes; a explicação disso reside na existência do pavoroso problema do latifúndio e na miséria que sofrem. As populações que contaminam os mananciais na cidade do México não fazem isto por simples ignorância; é a especulação imobiliária que os leva a contaminar a própria água que bebem.

Em relação ao “sexismo” do *Manifesto* é evidente que da mesma forma como acontece com a questão da ecologia, existem lacunas importantes no texto. Marx e Engels ignoraram por completo, ao menos nessa obra, a “dupla jornada” da mulher e muitas outras questões relativas à situação particular de opressão das mulheres nas estruturas sociais de tipo patriarcal. Neste sentido, o notável senso crítico que ambos evidenciaram em relação a outros temas não foi suficiente para superar os preconceitos convencionais

da época, ainda que se deva reconhecer que, em textos posteriores — particularmente de Engels —, o tema começou a ser levado em consideração.

De toda forma é importante ter em conta o seguinte. Frequentemente, a literatura feminista, procurando, por boas razões, enfatizar a importância da opressão doméstica, perde a perspectiva mais ampla em relação à questão do gênero limitando deste modo sua potencialidade explicativa e, talvez, sua eficácia prática. Em outras palavras: no limite, o capitalismo pode coexistir com a absoluta igualdade dos sexos/gêneros, mas não pode admitir a absoluta igualdade das classes sociais. Esta última possibilidade aboliria de imediato as fontes mesmas de seu poder econômico e político, dando lugar a uma sociedade pós-capitalista de novo tipo. Em compensação, o capitalismo pode admitir e promover o “florescimento da sociedade civil” e as mais irrestritas expressões de “alteridade” e da “diferença”, como gostam de proclamar os pós-modernos.

Por último, uma palavra sobre a questão do nacionalismo. É evidente que aqui nos encontramos diante de outro “lugar vazio” no *Manifesto*. Contrariamente ao que se esperava, os trabalhadores demonstraram uma enorme vulnerabilidade diante das interpelações do nacionalismo. Da mesma forma que os dois grandes temas anteriores, a ausência no documento fundador da moderna luta de classes de uma adequada análise do nacionalismo — e de suas patologias, como o “chauvinismo”, o racismo e localismos de diversos tipos — em nada nos exime da responsabilidade de buscar uma séria discussão sobre o tema. O marxismo nos fornece os elementos para isso.

c) Um *Manifesto* para o século XXI

Este é o feliz título do ensaio de Alan Woods que capta um aspecto essencial do *Manifesto*. Não é uma obra que pertença à arqueologia das idéias políticas, mas um texto com imensa vitalidade e cada vez mais jovem, como lembrou Marshall Bermann. A que obedece este processo? Por uma parte, devido à justeza das teses fundamentais contidas nesse texto, apesar de algumas delas terem exigido importantes revisões — parcialmente feitas pelos próprios autores do *Manifesto* — e outras por seus seguidores. Gostaria de insistir na importância de uma questão: a necessidade de considerar este texto como um elo no projeto teórico-prático que tem seu ponto de partida em 1842/1843, que amadurece com *A ideologia alemã* em 1845, e vai se refinando na medida em que Marx e Engels aprofundam seus estudos sobre a economia política clássica e que

se sintetiza — numa linguagem simples e dirigida para as massas que levantavam barricadas em toda a Europa — neste texto memorável, por seu conteúdo, por seu estilo e por sua influência, que é o *Manifesto Comunista*.

Acerca da questão do conteúdo, basta simplesmente recordar que o capitalismo, na América Latina como em outras partes do mundo, adquiriu características tão grosseiramente “econômico-corporativistas”, como observava Gramsci, que algumas das mais rotundas afirmações do *Manifesto* se convertem em sombrios diagnósticos da realidade contemporânea. Quem pode duvidar que na Argentina, no Brasil ou no México, para não ir mais longe, o Estado se transformou no “comitê que administra os negócios comuns da burguesia”?

Finalmente, umas poucas palavras sobre o estilo, à guisa de conclusão deste ensaio, que busca ser também um convite a ler ou reler o *Manifesto*. Para isto peço permissão para me apropriar de uma belíssima reflexão sobre este tema feita por Umberto Eco. Faço-a minha:

“Releiamos, por favor. Começa com um formidável golpe de tímpano, como a Quinta de Beethoven: ‘Um fantasma ronda a Europa’ (...) segue imediatamente depois uma história a vôo de pássaro das lutas sociais, desde a antiga Roma até o nascimento e desenvolvimento da burguesia (...) Vê-se (quero dizer exatamente ‘vê-se’, no sentido quase cinematográfico) esta nova força irrefreável que, impulsionada pela necessidade de novas saídas para suas mercadorias, cruza todo o orbe terráqueo (...) transtorna e transforma países longínquos porque os preços baixos de seus produtos são uma espécie de artilharia pesada que derruba qualquer muralha chinesa, faz capitular os bárbaros mais tenazes no ódio contra o estrangeiro, instaura e desenvolve as cidades como sinal e fundamento de seu poder, se multinacionaliza, se globaliza, até inventa uma literatura não mais nacional, mas mundial (...) E se a parte doutrinária resultasse muito difícil, eis aqui o golpe final, dois *slogans* que paralisam a respiração, fáceis de reter na memória, destinados (parece-me) a uma sorte fabulosa: ‘Os proletários nada têm a perder, salvo suas próprias cadeias’ e ‘Proletários de todos os países, uni-vos’”.⁷

7. Umberto Eco — “! Qué anuncio, compañero Marx !” *La jornada semanal*, México. 8/3/1998. Além das referências bibliográficas, citadas anteriormente em notas de rodapé, o autor indica os seguintes outros trabalhos: F. Claudin — *Marx, Engels y la revolución de 1848*; George Cole — *History of socialist thought: the forerunners 1789-1850*; idem — *History of socialist thought: The Second International 1889-1914*; Ellen M. Wood — *Democracy against capitalism*; Manuel Sacristán - *Sobre ecologismo, pacifismo y política alternativa*; Walther Victor — *1848. Europa hace un siglo, en el año del Manifiesto, aurora de los tiempos nuevos*; Edward Wolff — “How the pie is sliced?”; Michael Löwy — *La teoría de la revolución en el joven Marx*.

O *Manifesto* e o estudo da Antigüidade: a atualidade da crítica marxista

PEDRO PAULO FUNARI¹

Há cento e cinquenta anos, em fevereiro de 1848, Marx e Engels publicavam o *Manifesto Comunista*, obra que revolucionou a história política moderna e que, após tantas transformações sociais, continua atual. Recentemente, Alain Touraine² propôs que bastaria substituir “burguesia” por “globalização” e eis o mundo atual descrito por Marx, a ressaltar, pois, a pertinência do *Manifesto* para compreender o mundo capitalista. Outros prefeririam concluir que “a luta de classes chegou ao fim e com ela o *Manifesto Comunista* também perdeu sua força”, como prefere Robert Kurz.³ Neste contexto, haveria sentido em se buscar a atualidade do *Manifesto* para a compreensão da Antigüidade Clássica, talvez o ponto tratado com maior brevidade e menor profundidade? A resposta, naturalmente, dependerá da acepção que se tenha da vitalidade de uma obra como essa. Se por vida tomarmos o seu oposto, a literalidade, a exegese e a descoberta de verdades inefáveis que já se encontrariam em um *corpus* hermético a ser decifrado por iluminados, então, a resposta só poderá ser negativa. Por outro lado, se tomarmos a vitalidade em sua acepção mais profunda, de movimento que se modifica a cada instante, se retomarmos o sentido último da *Kritik* proposta por Marx, então poderemos perceber o quão pertinentes foram as observações do *Manifesto*.

As duas atitudes mentais mencionadas, o apego exegético à forma externa do marxismo e o uso da *crítica* marxista, podem ser bem

1. Professor do Departamento de História, IFCH da Unicamp.

2. Alain Touraine, “Um apelo à libertação”. In: *Folha de S. Paulo*, 1/2/98, 5, p. 6.

3. Robert Kurz, “O Manifesto Comunista”. In: *Folha de S. Paulo*, 1/2/98, 5, p. 3.

exemplificados com as diferenças entre a esterilização dos esquemas sobre a Antigüidade, em autores como Diakov e Kovalev e uma infinidade de estudos que, de uma ou outra forma, se informam na crítica marxista. Não me parece relevante tratar daquela corrente, senão como exercício historiográfico, seguramente importante, mas cuja posteridade e, pois, vitalidade não se concretiza. Nesta ocasião, tratarei de mostrar como as discussões sobre o funcionamento e transformações do mundo antigo têm tocado em questões apresentadas, justamente, no *Manifesto*, a começar de suas primeiras frases, que se referem, de forma explícita, à Antigüidade:

A História de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a História da luta de classes. Livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e jornaleiro, numa palavra, opressor e oprimido, em constante oposição, têm vivido numa luta ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma luta que terminou, sempre, em uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela ruína das classes em luta. Nas primeiras etapas da História, encontramos, quase por toda parte, uma complexa divisão da sociedade em várias ordens, uma graduação variada de posições sociais. Na Roma antiga, encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos.⁴

Menos de sete anos antes, em abril de 1841, Marx havia defendido *in absentia* sua tese de doutoramento em Jena sobre a diferença entre a filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro,⁵ trabalho que já nos está a demonstrar, a um só tempo, a erudição clássica de Marx e sua preocupação com o mundo contemporâneo. De fato, a própria escolha do tema de sua tese tinha por objetivo compreender a situação filosófica após Hegel, por meio de um exame aprofundado de um período comparável da história da filosofia grega, o período helenístico.⁶ O cerne do interesse de Marx encontrava-se, não casualmente, na *Kritik*, com objeto imediato em Epicuro, para, daí, exercer uma crítica filosófica, de início, e revolucionária, em seguida.⁷ Para Marx, pois, a leitura das obras latinas e gregas em seu original, para além do deleite que, aqui ou ali, deixa transparecer,⁸ estava a servir à causa da crítica do contemporâneo.

4. Tradução do autor.

5. Karl Marx, *Differenz der demokratischen und epikureischen Naturphilosophie*. Berlim, Dietz Verlag, 1975.

6. David McLellan, *Karl Marx: su vida y sus ideas*. Barcelona, Crítica, 1977, p. 46.

7. Miguel Candel, "Presentación". In: *Escritos sobre Epicuro, Marx (1839-1841)*, Barcelona, Crítica, 1988, p. 22.

8. Como quando menciona, *en passant*, a contínua relevância das tragédias gregas ou de Aristóteles.

A primeira questão, pois, refere-se ao caráter da classe da sociedade antiga e às contradições decorrentes. Os paradigmas dominantes, no estudo do mundo antigo, não têm hesitado em adotar um ponto de vista das elites, no presente e, portanto, no passado. A própria linguagem utilizada demonstra o comprometimento da historiografia tradicional, como quando um autor americano propõe que “a superioridade (*sic*) cultural romana bastou para romanizar inteiras províncias ‘pois havia’ uma mágica (*sic*) associada aos membros da civilização dominante”.⁹ Trata-se, naturalmente, da transposição da suposta superioridade e mágica dos americanos, que tudo “americanizariam”, a servir de modelo para o estudo do mundo antigo. A historiografia marxista, por sua parte, não deixaria de denunciar esse conservadorismo um pouco ingênuo, ao estudar o mesmo fenômeno de aculturação, pois a adoção de costumes romanos, por *parte* das elites locais, representava, antes de mais nada, uma estratégia para manter sua hegemonia no interior da sociedade em suposta aculturação.¹⁰ Suposta, pois as aristocracias locais não buscavam tornar-se romanas, como tampouco hoje um americanófilo tenta ser americano, mas almejavam mostrar-se superiores, ao imitarem o dominador. Em sociedades em que as classes baixas falavam uma língua vernácula,¹¹ o latim servia como arma de poder, assim como, hoje, o uso do inglês, em ambiente local, pode servir para diferenciar uma elite “de primeiro mundo”, de um lado, e os locais, de outro. De qualquer forma, o que nos interessa, aqui, é que apenas a consciência da existência de classes e seus interesses permite transcender o discurso conservador do senso comum.

O modelo historiográfico dominante mais bem articulado e difundido funda-se em uma interpretação, de raiz weberiana, propugnado, originalmente, por Moses Finley e hoje consolidado na chamada “Escola de Cambridge”. Assim, os conceitos de estatutos jurídicos e de *continuum* de gradação social esvazia não só o conceito marxista de classe como, em decorrência, a possibilidade de análise das clivagens e lutas de classes na Antigüidade.¹² Mais que conflitos, assim, haveria acomodação, sujeição, aceitação dos destinos e

9. Ramsay McMullen, *Changes in the Roman Empire. Essay in the ordinary*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1990, p. 64.

10. Monique Clável-Lévêque, “Imperialism, developpment et transition: pluralité des voies et universalisme dans le modèle impériale romain”. In: *La Pensée*, 196, 1997, p. 13 *et passim*.

11. Cf. J. N. Adams, “Latin and Punic in contact? The case of the Bu Njem Ostraca”, *Journal of Roman Studies*, 84, 1994, p. 111 *et passim*.

12. J. Annequin, M. Clavel-Lévêque, F. Favory, “Apresentação”. In: vv. aa., *Formas de exploração do trabalho e relações sociais na Antigüidade Clássica*, Lisboa, Estampa, 1978, p. 11.

valores atribuídos, pela elite, ao restante da população. Sem negar a pertinência das diferenciações de ordem jurídica, ou mesmo a importância do *status* nas relações sociais no mundo antigo, William V. Harris, ressaltaria: “Em todo caso, confesso que não ficaria horrorizado com o pensamento de que a maioria dos escravos e praticamente todos os assalariados — um grupo mal conhecido — pode ser considerado como membros de uma mesma classe social, a despeito das diferenças entre eles”.¹³

Esta proposta teórica de Harris encontra respaldo em estudos específicos, pois que uma categoria social importante do mundo romano, o *mercennarius*, ou “assalariado”, que se pensava, por analogia com o mundo moderno, ter sido um homem livre, na verdade, era, geralmente, um “escravo assalariado”.¹⁴ A historiografia marxista tem insistido, na esteira do *Manifesto*, na aplicabilidade do uso do conceito de classe para estudar as sociedades humanas, bem como na importância da bipolaridade¹⁵ entre apropriadores e apropriados, elite e povo, estes tão magnificamente chamados, por Walter Benjamin, de *geknechteten*, “aqueles que servem, escravos”, termo usado para designar *todos* os explorados do passado, escravos, servos, operários.¹⁶ De fato, à diferença dos modelos normativos de cultura,¹⁷ que buscam a continuidade das relações sociais, a submissão dos grupos e dos indivíduos às regras sociais, o marxismo tem sempre ressaltado que os interesses e os conflitos são características inerentes à vida em sociedade. Estudiosos das sociedades arcaicas, como Randall McGuire e Dean J. Saitta, têm demonstrado como o conceito de classe é apropriado para o estudo de *todas* os tipos de sociedades, pois mesmo grupos pré-históricos, mal definidos como “simples”,¹⁸ podem ser considerados como igualitários e estratificados a um só tempo e, pois,

13. William V. Harris, “On the applicability of the concept of class in Roman History”. In: *Forms of Control*, Tóquio, 1988, p. 603.

14. Alfons Bürge, “Der ‘mercennarius’ und die Lohnarbeit”. In: *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*, 1990, 107, p. 80-136.

15. Carlo Ginsburg. In: Interview, *Radical History Review*, 35, 1986, p. 108. *Bipartition between popular and learned culture is more useful than a holistic model.*

16. Walter Benjamin, Über den Begriff der Geschichte. In: *Gesammelte Schriften*, vol.1, tomo 2, Frankfurt, Suhrkamp, 1974, tese xii; cf. Pedro Paulo A. Funari, “Considerações em torno das ‘Teses sobre a Filosofia da História’”, de Walter Benjamin, *Crítica Marxista*, 1,3, p. 45-53.

17. Sobre o modelo normativo de cultura, uma crítica consistente encontra-se em Siân Jones, *The Archeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*, Londres, Routledge, 1997.

18. Randall McGuire, “Why complexity is too simple”. In: *Debating Complexity*, organizado por P. C. Dawson e D. T. Hanna, Calgary, 1996, p. 1-7.

com relações de classe.¹⁹ Já nas sociedades com *divisão* de classe, na qual os produtores de trabalho mais-valia e os apropriadores são distintos,²⁰ como no que se refere ao mundo romano, as contradições de classe podem assumir contornos violentos, em particular nas lutas dos escravos, estudados, em particular, pelos historiadores marxistas japoneses.²¹ Além disso, os conflitos de classe atingiam, também, os dominantes, como destacado pela historiografia crítica.²²

Em seguida, admitida a inevitável existência de conflitos, pode passar-se para a dominação. Tradicionalmente, também, o historiador tratou do passado a partir das idéias da elites,²³ aceitando, muitas vezes, seus estereótipos e visões de mundo comprometidos com seus interesses.²⁴ Ademais, os historiadores da Antigüidade Clássica,²⁵ às vezes imersos, como vimos há pouco, em sua própria cultura de elite, consideraram natural que, no passado, como hoje, as elites ditassem comportamentos e idéias. No próprio interior do marxismo, entretanto, uma leitura parcial da famosa proposição, segundo a qual “as idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante”,²⁶ fez com que se aceitasse que uma única ideologia seria prevalecente. De fato, as idéias dominantes são

19. Randall McGuire e Dean J. Saitta, “Although they have petty captains, they obey them badly: the dialectics of prehispanic Western Pueblo social organization”. In: *American Antiquity*, 61, 2, p. 197-216; Dean Saitta, “Agency, class, and archaeological interpretation”. In: *Journal of Anthropological Archaeology*, 13, 1994, p. 201-227; Dean J. Saitta, “Power, labor, and the dynamics of change in Chacoan political economy”. In: *American Antiquity*, 62,1, 1997, p. 7-26.

20. Dean Saitta, “Radical archaeology and middle-range methodology”. In: *Antiquity*, 66, 1992, p. 889.

21. Consulte-se Masaoki Doi, *The results and issues of post-war Japan's studies on slavery in classical antiquity*, Tóquio, 1982.

22. Philip Kohl, “Ethnic strife: a necessary amendment to a consideration of class struggle in Antiquity”. In: *Civilization in Crisis, Anthropological Perspectives*, organizado por Christine Ward Gailey, Gainesville, University of Florida Press, 1992; mesmo historiadores não-marxistas tem ressaltado as contradições e lutas intestinas no interior das classes antigas, como é o caso de Geza Alföldy, *Römische Sozialgeschichte*, Wiesbaden, Franz Steiner, 1984, p. 106 *et passim*.

23. R. Paynter e R. McGuire, “The archaeology of inequality: material culture, domination, and resistance”. In: *The Archaeology of Inequality*, organizado por R. McGuire e R. Paynter, Oxford, Blackwell, 1991, p. 1-25.

24. Cf. Pedar Foss, “Pompeii; the social city”, *Journal of Roman Archaeology*, 9, 1996, p. 352; Hector Benoit, Sobre a crítica (dialética) de O Capital, *Crítica Marxista* 1, 3, p. 32.

25. Como ressaltam Monique Clavel-Lévêque e François Favory, “Pratique scientifique et théorie des sociétés de l'antiquité”. In: *La Pensée*, 192, 1977, p. 96.

26. Ricardo Musse, “Esboço de história universal”. In: “Mais”, *Folha de S. Paulo*, 1/2/98, p. 5.

aqueles construtos ideológicos da elite que esta tenta *impor*, para que possa dominar. Dominantes, portanto, não porque sejam prevalecentes, mas porque buscam estabelecer a dominação de classe.

A ideologia dominante burguesa e moderna, no entanto, não deixaria de influenciar diversos estudiosos marxistas da Antigüidade. Um caso paradigmático consiste, justamente, na leitura reducionista da frase, acima citada de Marx, para afirmar que o desprezo que a elite antiga sentia pelo trabalho manual, explícito nas fontes eruditas antigas, seria compartilhado, como parte da “ideologia dominante”, pelos próprios pobres e escravos.²⁷ Ellen Meikins Wood²⁸ estudou a criação do mito da plebe ociosa, no mundo contemporâneo, e como se aplicou essa leitura aos próprios autores antigos. Na verdade, a própria noção de modo de produção escravista foi concebida, em muitos casos, como meio de sustentação de um paradigma, na realidade, elitista. Neste sentido, o estudo e a valorização das elaborações culturais populares, daquelas camadas sociais da Antigüidade que não seriam apenas ignaras ou imitadoras da elite, está a indicar a fecundidade de uma abordagem menos parcial e redutora da História àquela dos dominantes.²⁹ Não se trata, entenda-se, de esquecer o entrelaçamento inevitável entre as classes sociais, nem muito menos de enaltecer as classes subalternas e suas manifestações políticas e culturais como contraposição àquelas dos dominantes, posições não apenas redutoras da realidade como incapazes de explicar sua inevitável interação.³⁰

Um aspecto do mundo antigo tem causado particular discussão e se refere ao papel desempenhado pela economia, na sociedade antiga, e a produção de mais-valia. Marx, n’*O Capital*, não hesitou em descrever a economia antiga como, em determinados momentos, ao

27. Cf. Zvi Yavetz, *Slaves and slavery in ancient Rome*, Oxford, Transaction, 1988, p. 161.

28. Ellen Meikins Wood, *Peasant-citizen and slave, the foundations of the athenian democracy*, Londres, Verso, 1989.

29. Cf. Pedro Paulo A Funari, *A cultura popular na Antigüidade Clássica*, São Paulo, Contexto, 1989; Fábio Faversani, “Cultura popular e classicismo”. In: *LPH, Revista de História*, 4, 1994, p.26-35; Nicholas Horsfall, *La cultura della plebs romana*, Barcelona, PPU, 1996.

30. Assim, não cabe elogiar o erudito ou o popular, pois essas manifestações só existem em contextos específicos que, mais que elogios, exigem uma análise de sua especificidade. Esta análise contextual, como a que desenvolvi em *A cultura popular na Antigüidade Clássica*, não implica em elogiar a cultura popular, mas em mostrar que, apenas ao se estudar seus códigos específicos, se pode compreendê-la; cf. Aron Gurevich, *Medieval Popular Culture: problems of belief and perception*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, *passim* e a resenha que publiquei em *LPH, Revista de História*, 4, 1994, p. 225-227.

menos, voltada para a produção para o mercado, a despeito da existência da escravidão:

No mundo antigo, a ação do comércio e o desenvolvimento do capital mercantil levam, sempre, a uma economia escravista; ou, segundo o ponto de partida, pode chegar à simples transformação de um sistema de escravidão patriarcal, orientado à produção de meios diretos de subsistência, em um sistema voltado para a produção de mais-valia.³¹

A historiografia aferrada a uma leitura da História a partir dos pontos de vista da elite tem ressaltado que haveria uma alteridade radical entre a racionalidade capitalista e uma visão de mundo aristocrática e pouco afeita a preocupações comezinhas, no mundo antigo.³² Isto explicaria a pouca atenção que prestariam à busca do lucro, as interdições, de caráter legal e de prestígio, à prática de atividades lucrativas e, em termos gerais, determinaria uma vida social dominada pela honra, antes que pelo interesse econômico.³³ Desinteressados, aristocratas, e mesmo simples camponeses, pouco teriam atentado para os possíveis benefícios que aufeririam de uma mais racional exploração da mão-de-obra. Nas palavras de Finley, “dado que o camponês não pode despedir os membros de sua família”, não lhe resta a possibilidade de maximizar o lucro e minimizar os custos, gerando uma irracionalidade inevitável.³⁴ Haveria, pois, uma “psicologia da vida ociosa” a impedir a racionalidade econômica.³⁵

No entanto, essa subestimação do cálculo e dos interesses econômicos dos antigos, já ressaltado por diversos observadores,³⁶ tem encontrado inúmeros estudos de caso que contraditam suas assertivas. Assim, os agricultores antigos calculavam seus “lucros” e “perdas”,³⁷ “proprietários rurais escravistas que visavam à produção no melhor dos seus interesses,

31. Karl Marx, *Le Capital*, Paris, Editions Sociales, 1967, I, p. 337.

32. E. G. Paul Veyne, *La société romaine*, Roma, Laterza, 1990, p. 37 *et passim*.

33. E. G. Andrew Wallace-Hadrill, *Houses and society in Pompeii and Herculaneum*, Princeton, Princeton University Press, 1994.

34. Moses I. Finley, *A economia antiga*, Porto, Afrontamento, 1980, p.144.

35. Moses I. Finley, *A Economia Antiga*, Porto, Afrontamento, 1980, p. 148.

36. Cf. Ciro Flamarion Santana Cardoso, *Economia e sociedade antigas: conceitos e debates*, *Classica*, 1, 1988, p. 6-15.

37. Claude Nicolet, *Rendre à César, économie et société dans la Rome Antique*, Paris, Gallimard, 1988, p. 275 *et passim*; Dennis P. Kehoe, “Economic rationalism in Roman agriculture”. In: *Journal of Roman Archaeology*, 6, 1993, p. 475-484.

ao desenvolvimento das culturas rentáveis que lhes permitissem vender o mais possível”,³⁸ Diferentes estudiosos mostraram a importância dos mercados locais³⁹ para a troca, a longa distância, de produtos excedentes, bem como dos bancos.⁴⁰ O assentamento humano, na Antigüidade, seguia padrões de circulação e de troca de mercadorias⁴¹ e “o livre mercado romano deve ter tido uma extensão muito mais ampla do que se admitia até há pouco”, nas palavras de Lietta de Salvo,⁴² ainda que fatores políticos, redistributivos, não possam ser deixados de lado.⁴³ A própria mediação política, por sua parte, explica-se pela configuração das relações econômicas antigas: “as condições econômicas de então explicam porque é que a política desempenhava o papel principal”.⁴⁴ Em outros termos, a distribuição política de recursos, em particular para grupos privilegiados, como os soldados ou a plebe, no caso do mundo romano, não pode ser entendida senão como reflexo de estruturas e interesses econômicos dos atores sociais em embate.

O *Manifesto*, em conclusão, abriu perspectivas genéricas de uma leitura crítica da História. Neste sentido amplo, pode afirmar-se que os estudos modernos não deixam de dialogar com concepções da História radicadas nas reflexões nele contidas. A historiografia moderna que enfatiza a alteridade, ao descrever a sociedade antiga como essencialmente baseada no *status* e na honra, não deixa de construir seu discurso *em oposição* ao marxismo, mantendo-o, pois, como referencial. Por outro lado, os inúmeros estudos que têm tratado dos interesses das classes em confronto, bem

38. Jaques Annequin, “Formes de contradiction et rationalité d’un système économique, remarques sur l’esclavage dans l’antiquité”. In: *La Pensée*, 244, 1985, p. 51.

39. Emilio Gabba, *De buon uso della ricchezza. Saggi di storia economica e sociale del mondo antico*, Milão, Guerrini, 1988, p. 144-149.

40. E.E. Cohen, *Athenian economy and society. A banking perspective*, Nova Jersey, Princeton University Press, 1992.

41. Mireille Corbier, “Cité, territoire et fiscalité”. In: *Epigraphia*, Roma, École Française de Rome, 1991, p. 629.

42. Lietta de Salvo, *Economia privata e pubblici servizi nell’impero romano. I corpora nauiculariorum*, Messina, Samperi, 1992, p. 69.

43. Peter Hertz, “Der praefectus annonae und die Wirtschaft der westlichen Provinzen”. In: *Ktema*, 13, 1988; Pedro Paulo Funari, “Dressel 20 inscriptions from Britain and the consumption of Spanish olive oil”. In: *Tempus Reparatum*, Oxford, 1996; José Remesal, *Heeresversorgung und die wirtschaftlichen Beziehungen zwischen der Baetica und Germanien*, Stuttgart, Theiss, 1997.

44. Karl Marx, *Le Capital*, Paris, Editions Sociales, 1967, I, p. 93.

como da complexa relação dialética entre as interpretações e realidades atuais e aquelas referentes ao mundo antigo, buscando uma práxis auto-reflexiva,⁴⁵ estão a demonstrar a vitalidade da dialética materialista. A Antigüidade Clássica, objeto tão pouco mencionado, explicitamente, pelo *Manifesto*, de forma indireta e mediada, tem sido abordada, nestes cento e cinquenta anos, em muitos aspectos, sob o espectro do materialismo de Marx.*

45. Randall McGuire, *A marxist archaeology*, San Diego, Academic Press, 1992, p. 15.

* Agradeço aos seguintes colegas que me ajudaram de diversas maneiras, em particular fornecendo artigos e trocando idéias: J. N. Adams, Monique Clavel-Lévêque, Masaoki Doi, Fábio Faversoni, Pedar Foss, Siân Jones, William V. Harris, Philip Kohl, Marc Mayer, Randall McGuire, José Remesal, Dean J. Saitta, Ellen Meiksins Wood. A responsabilidade, contudo, restringe-se ao autor.

A constituição do proletariado em classe, a propósito do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels

ARMANDO BOITO JR.*

I

O *Manifesto do Partido Comunista* apresenta e desenvolve, ainda que de modo sumário, duas teses relativas à teoria da história que, juntas, continuarão orientando as análises econômicas e políticas de Marx e Engels: o processo de mudança histórica é apresentado, nesse texto, como resultado do crescimento das forças produtivas e da luta de classes.

Esses dois fatores influenciam-se reciprocamente e de diversas maneiras. De um lado, o desenvolvimento das forças produtivas pode produzir novas classes sociais e alterar a base econômica das classes em luta. O *Manifesto* nos mostra que o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria fortalece a classe burguesa, faz crescer o proletariado e arruína o artesanato e a pequena burguesia tradicional. De outro lado, a luta de classes interfere nas características e no ritmo de crescimento das forças produtivas. Esse é um aspecto que tem passado mais despercebido na leitura do *Manifesto*. No entanto, esse texto mostra, em primeiro lugar, que a burguesia precisou “pôr abaixo” a ordem feudal para liberar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, e, em segundo lugar, que essa mesma burguesia trava uma luta — que é uma luta de classe — contra os artesãos e os operários das manufaturas, para colocar a máquina no lugar da ferramenta, isto é, para desenvolver as forças produtivas de modo a desqualificar o trabalho do operário, convertê-lo em mero apêndice

*Professor do Departamento de Ciência Política, IFCH, Unicamp.

do instrumento de trabalho, tornar possível a utilização de mulheres e crianças na produção e reduzir os salários.

Porém, as influências recíprocas existentes entre o desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classes não justifica que se negue a especificidade de cada um desses fenômenos. No que diz respeito ao *Manifesto do Partido Comunista*, esse texto distingue de modo claro forças produtivas, relações de produção e luta de classes. A idéia de Marx e de Engels nesse texto é que o desenvolvimento das forças produtivas, numa certa etapa do processo histórico, coloca em crise as relações de produção vigentes. O desenvolvimento das forças produtivas é apresentado como o elemento dinâmico; as relações de produção, que na fase inicial de constituição de um dado modo de produção tinham estimulado o desenvolvimento das forças produtivas, convertem-se em entrave para tal desenvolvimento e passam a funcionar como o fator de inércia do processo histórico. Marx e Engels aplicam essa tese na análise que fazem, no capítulo I do *Manifesto*, da transição do feudalismo para o capitalismo, quando tratam do papel revolucionário da burguesia, e, também, ainda no mesmo capítulo, na análise das crises de superprodução do capitalismo — crises provocadas pela contradição entre, de um lado, a estreiteza das relações de produção capitalistas e, de outro, o crescimento das forças produtivas. Esse crescimento é, então, o fator econômico, espontâneo e inconsciente da mudança histórica.

Mas esse fator é também insuficiente. Para que tal mudança ocorra é necessário um segundo fator: a existência de um agente social interessado nela e capaz de promovê-la. É aqui que o papel da luta de classes é decisivo. Essa luta envolve tanto aspectos objetivos, de ordem econômica e política, quanto aspectos subjetivos, de ordem política e ideológica. A classe social que tem interesse na mudança histórica precisará organizar-se para promovê-la e precisará, também, vencer as classes interessadas na preservação do modo de produção vigente. Pois bem, no *Manifesto* há uma reflexão sobre as condições necessárias para que a classe dominada do modo de produção capitalista, o proletariado, possa organizar-se como uma força social autônoma em torno de um programa comunista e possa se apresentar como a força dirigente da revolução. Esse é o processo que Marx e Engels designam, sugestivamente, com as expressões “constituição do proletariado em classe” e “desenvolvimento do proletariado”. As duas expressões são sugestivas porque, de um lado, pressupõem a existência objetiva do proletariado e, de outro, porque sugerem que seu desenvolvimento ou constituição em classe não é um simples reflexo, no plano político e ideológico, daquilo que já estaria dado no plano econômico.

Essa constituição, pensada em outros textos de Marx como a transição da classe “em si” para a classe “para si”, está vinculada no texto do *Manifesto* à reflexão sobre as condições econômicas e políticas necessárias para que o proletariado possa (tentar) fazer a revolução.

Como e porque os operários podem agir unificadamente como classe? O processo de constituição do proletariado em classe é apresentado no *Manifesto* como um processo irregular, cumulativo mas reversível e, também, marcado por rupturas e saltos de qualidade. É apresentado, também, como um processo bifronte. A resistência econômica do proletariado, na luta direta contra os capitalistas que o exploram, não é propriamente uma ação unificada de classe, embora possa servir de base para esse tipo de ação. A luta sindical não é, ainda, a luta comunista. A ação do proletariado como classe dá-se, no *Manifesto*, no terreno político, colocando o proletariado em relação com todas as demais classes que compõem a sociedade capitalista. Nesse sentido, a leitura correta do *Manifesto* é uma leitura leninista, pois o *Manifesto* distingue a luta pelo poder de Estado da luta sindical reivindicativa. É leninista, também, por uma outra razão. Marx e Engels esboçam alguns dos elementos que Lenin utilizaria, mais tarde, para elaborar o conceito de crise revolucionária: o *Manifesto* atribui à luta política da burguesia contra a classe feudal decadente e contra as burguesias concorrentes de outros países um papel decisivo na constituição do proletariado em classe. A luta entre “os de cima”, como diria mais tarde Lenin ao arrolar as características de uma situação revolucionária, pode educar politicamente a classe operária e criar uma crise política que possibilite a conquista do poder pelo proletariado.

Inúmeras variantes do economicismo ignoram ou rejeitam essa análise presente no *Manifesto*. Harold Laski, num texto longo e importante sobre o *Manifesto*, desconsidera o papel que o texto de Marx e Engels atribui às lutas dirigidas pela burguesia no processo de constituição do proletariado em classe. Para Laski, que pretende retratar o que o *Manifesto* afirma sobre o tema, a industrialização capitalista, o crescimento da classe operária, a resistência sindical, a formação de um partido socialista e a eventual tomada do poder são elos sucessivos de um processo linear, gradual e cumulativo, que seria o processo de constituição do proletariado em classe.¹ Jean Jaurès, num texto

1. O artigo de Harold Laski, intitulado “Communist Manifesto”, foi escrito em 1947 por encomenda do Labour Party para a comemoração do centenário da publicação do texto de Marx e Engels. Ver Osvaldo Coggiola (org.) *Manifesto Comunista*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998, p. 169-231. A passagem que nos interessa encontra-se às páginas 185-186.

clássico e primoroso do reformismo social-democrata, aponta, diferentemente do que faz Laski, a importância que Marx e Engels atribuem à luta entre “os de cima” para a constituição do proletariado em classe. Porém, o objetivo de Jaurès é fazer a crítica sistemática dessa tese do *Manifesto*.²

No momento atual, o economicismo está de novo em voga. Ele tem informado grande parte das análises que se faz da crise do movimento socialista neste final de século, atribuída, exclusivamente ou principalmente, a mudanças ocorridas no interior das fábricas e no mercado de trabalho e identificada com a crise do movimento sindical. Tratemos de examinar, então, a análise que é apresentada no *Manifesto* e ver o que se pode dizer de sua eficácia.

II

O *Manifesto* discorre sobre a condição do operariado no mercado e na produção, atentando também para a composição social da classe operária.³ O operário é o produtor estrangido (já que não possui propriedade) a vender-se no varejo, isto é, a vender parceladamente seu tempo de trabalho (já que não é um escravo, cuja própria pessoa é objeto de compra e venda) como uma mercadoria. O trabalho do operário, como mercadoria, está sujeito às flutuações do mercado e os operários são colocados em concorrência uns com os outros. Na produção, o operário é um apêndice da máquina, está submetido, como soldado raso da indústria, ao despotismo dos oficiais e suboficiais da fábrica moderna. A máquina dispensa, em certa medida, a força física, desqualifica e barateia o trabalho do operário. A classe operária passa a acolher em suas fileiras mulheres e crianças em escala crescente. O desenvolvimento da indústria aumenta o contingente de operários, concentra-os geograficamente e aproxima seus interesses e condições de vida. Por isso, o desenvolvimento da indústria favorece a formação de coalizões para a defesa dos salários. De um lado, essas coalizões podem, no processo de luta, fazer crescer a unidade e a organização do proletariado. Porém, de outro lado, a concorrência entre

2. O artigo de Jean Jaurès, intitulado “Le Manifeste Communiste de Marx et Engels”, foi escrito em 1901 para o jornal *Petite République*. Como o artigo de Laski, ele ganhou, neste ano, uma tradução para o português. Ver Osvaldo Coggiola (org.), *Manifesto Comunista*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998, p. 137-159.

3. As considerações que seguem baseiam-se, fundamentalmente, no capítulo I do *Manifesto*, intitulado “Burgueses e proletários”, e no capítulo IV, intitulado “Posição dos comunistas frente aos diferentes partidos de oposição”. É nesses dois capítulos que Marx e Engels tratam diretamente do nosso tema.

os operários mina e obstrui o processo de constituição do proletariado em classe. Na maioria dos casos, os comentadores do *Manifesto* param aí em suas considerações sobre o tratamento que o texto dá ao processo de constituição do proletariado em classe. É como se tal processo estivesse circunscrito ao terreno da economia. Porém, boa parte do capítulo I do *Manifesto* é escrita para mostrar que a constituição do proletariado em classe não seria possível sem as peculiaridades da política e da luta de classes na sociedade capitalista. No dizer de Marx e Engels, a burguesia “arrasta” o operariado para a luta política. “A burguesia vive em luta permanente. (...) Em todas essas lutas, vê-se obrigada a apelar para o proletariado, a recorrer a sua ajuda e desta forma arrastá-lo para o movimento político”.⁴

Marx e Engels referem-se, em primeiro lugar, à luta da burguesia contra a aristocracia feudal. Eles escrevem o *Manifesto* numa época em que a Alemanha e a Itália não tinham realizado sua revolução burguesa. A burguesia da França e da Inglaterra, embora tivessem feito sua revolução, encontravam-se ainda em luta contra os resquícios da ordem feudal e da aristocracia decadente. Referem-se, em segundo lugar, à luta da burguesia industrial contra as frações burguesas que tolhem o desenvolvimento da indústria. Em terceiro lugar, referem-se à luta de cada burguesia nacional contra as burguesias rivais dos países estrangeiros. Por último, Marx e Engels falam da deserção de setores da burguesia que podem passar para o movimento socialista. Têm em mente, especialmente, parte dos intelectuais burgueses que, tendo compreendido o processo de evolução histórica no seu conjunto, poderia passar, nos momentos mais agudos da luta, para o lado do proletariado.

Tudo isso poderá parecer banal. Porém, essa dinâmica na qual a classe dominante introduz ou aceita a participação organizada da classe dominada na luta política é uma particularidade do modo de produção capitalista, e é um dos fatores que explicam o fato do proletariado ser a primeira classe dominada da história com condições de hegemonizar um processo revolucionário. Se nos três tipos de luta citados, a burguesia pode “arrastar” o proletariado para o movimento político, propiciando sua organização e educação, tal se deve ao fato de o capitalismo ser o primeiro modo de produção na história da humanidade que concede personalidade jurídica plena ao produtor direto explorado — o trabalhador é livre no plano jurídico. O operário moderno não é um escravo e nem um servo de gleba. Resulta daí que a burguesia pode, sem que esse gesto subverta a ordem

4. Utilizo a tradução portuguesa de Álvaro Pina, publicada no livro organizado por Osvaldo Coggiola *Manifesto Comunista*, op. cit., p. 48.

social existente, apelar ao proletariado: ela apela a um cidadão como outro qualquer. As classes dominantes dos modos de produção pré-capitalistas não podiam estabelecer alianças com escravos ou servos. De um lado, esses produtores, dada sua situação de sujeição pessoal, não possuíam qualquer tipo de organização permanente, não constituíam uma força minimamente organizada a tentar os setores das classes dominantes que lutavam entre si, e, de outro lado, a busca de uma aliança significaria reconhecer nos produtores diretos capacidade jurídica e vontade própria, negando, por esse ato, toda a base jurídica e ideológica sobre a qual se assentava o trabalho compulsório e, por extensão, toda economia escravista ou feudal.⁵ Também a deserção de parte da intelectualidade burguesa tem a ver com as particularidades do capitalismo. Nos modos de produção pré-capitalistas, a intelectualidade está fundida à classe dominante, não configurando uma camada social específica dotada de relativa autonomia. Portanto, em todos os aspectos examinados, a matriz do modo de produção capitalista é um fator importante para que possa ocorrer o processo de constituição do proletariado em classe.

Voltando às lutas permanentes da burguesia, cabe destacar dois pontos. Primeiro ponto, Marx e Engels consideram que as contradições no seio das classes dominantes podem propiciar não só, como já dissemos, a constituição do proletariado em classe e a oportunidade da revolução, mas também a obtenção de reformas do capitalismo. Eles afirmam que o proletariado aproveita as divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses dos trabalhadores. Citam como exemplo a divisão das classes dominantes inglesas que propiciou a aprovação, pelo parlamento, da lei da jornada de dez horas de trabalho, exemplo que Marx retomará em detalhe no capítulo VIII d'*O Capital*. Segundo ponto, a divisão que Marx e Engels privilegiam no seio das classes dominantes é, muito compreensivelmente, a divisão típica do período de revolução burguesa no continente europeu.

É sobretudo para a Alemanha que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII; e porque a revolução burguesa alemã só poderá ser, portanto, o prelúdio imediato de uma revolução proletária.⁶

5. Alain Badiou e François Balmès mostraram que nos modos de produção pré-capitalistas não pode existir movimento e organização permanente da classe dominada. Ver dos autores *De l'Idéologie*, François Maspero, Paris, 1976.

6. *Manifesto Comunista*, edição citada, p. 69.

Não é para a Inglaterra, país da indústria capitalista moderna e do operariado mais desenvolvidos da Europa, que Marx e Engels dirigem sua expectativa de revolução. Esse fato evidencia a importância apenas relativa que conferem ao tamanho e à concentração do operariado; evidencia também a impropriedade dos comentadores que ignoram o processo político *stricto sensu* como elemento fundamental na constituição do proletariado em classe. A revolução proletária poderia partir do país que possuía a economia capitalista e o movimento operário menos desenvolvidos dentre as grandes nações européias. A hipótese é que o operariado alemão poderia dar um salto no seu processo de constituição em classe graças à crise revolucionária que deveria ocorrer naquele país. Uma situação em que o proletariado se constitui em classe através de um salto abrupto, sem acumulação gradativa, e em decorrência de uma crise política, não do desenvolvimento econômico. Tal deslocamento, para a Alemanha, do centro de gravidade da revolução prenuncia, mais uma vez, um conceito leninista. A Alemanha aparece, no *Manifesto*, como o “elo mais fraco” da cadeia capitalista européia, do mesmo modo que a Rússia aparecerá, mais tarde para Lenin, como o “elo mais fraco” da cadeia imperialista internacional. O essencial nessa questão é a crise revolucionária aberta pelo processo de revolução burguesa na Alemanha, no curso do qual o proletariado poderia, não apenas constituir-se rapidamente como classe, como também tomar o poder de modo revolucionário, desviando o curso inicial da revolução.

Esse enfoque do *Manifesto* sugere algumas conclusões importantes. Primeiro, ele permite dizer que, nesse texto, não apenas o proletariado, criado pelo desenvolvimento do capitalismo, pode fazer, desde que as condições o permitam, a revolução, como também a revolução, isto é, a crise revolucionária, pode fazer o proletariado; ou seja, pode ensejar sua constituição em classe com um programa político próprio. Em segundo lugar, tal enfoque implica que o movimento operário seja analisado nas suas conexões com as demais lutas políticas em curso nas sociedades capitalistas. O movimento socialista deve ser visto como um movimento que cresce junto com as demais lutas sociais progressistas, não como algo isolado na fábrica, no sindicato ou no partido socialista. No capítulo IV, intitulado “Posição dos comunistas diante dos diversos partidos de oposição”, Marx e Engels propõem que os comunistas se aliem, nos diferentes países da Europa, com as lutas democráticas, camponesas e de libertação nacional.

III

Jean Jaurès, como anunciamos, critica essa concepção do processo de constituição do proletariado em classe e da tomada do poder pela classe operária. Para Jaurès a classe operária avança para o comunismo através de um processo gradual, cumulativo, sem saltos, e baseado, no plano da economia, no desenvolvimento industrial e no crescimento dos sindicatos, e, no plano político, no sufrágio universal e na democracia. É uma visão economicista do processo de constituição do proletariado em classe e legalista da transição ao socialismo.⁷ Jaurès argumenta que a análise de Marx e Engels é, de um lado, equivocada na sua formulação e, de outro lado, referir-se-ia a uma realidade histórica que, no início do século XX, já teria sido eliminada.

Ele chama a teoria de Marx e Engels de teoria da “revolução parasita”: a revolução de uma classe (o operariado), ainda imatura e incapaz, que depende da revolução desencadeada pela classe inimiga (a burguesia). O erro da teoria da “revolução parasita” seria ignorar que se a classe operária é incapaz de desencadear a revolução, ela o seria, também, para desviar a revolução do seu curso burguês. Sobre a necessidade que o movimento operário teria da “muleta” da revolução burguesa, Jaurès é incisivo: se uma característica importante do pensamento utópico é ignorar a força própria da classe operária, o *Manifesto* pertence, ainda, ao período da utopia. Para Marx, diz Jaurès:

“(....) é a própria burguesia que, tendo de completar seu próprio movimento revolucionário, dará o sinal de desmoronamento.” (*op. cit.*, p.141) “Assim, é com base em uma revolução burguesa vitoriosa que se enxertará a revolução proletária.” (*op. cit.*, p.142). “Robert Owen e Fourier contam com a generosidade das classes superiores. Marx e Engels esperam, para o proletariado, o favor de uma revolução burguesa.” (*op. cit.*, p.143).

Sobre a dependência da classe operária frente ao “favor” da revolução burguesa, cabe lembrar, em primeiro lugar, que o *Manifesto* mostra, na crítica que faz aos “verdadeiros socialistas”, que priorizar a luta contra a burguesia no momento em que essa luta contra a nobreza feudal é fazer o jogo da reação — é por isso que Marx e Engels incluem os “verdadeiros socialistas” na categoria “socialismo reacionário”. Em segundo lugar, é importante indicar que o “enxerto” de uma revolução num movimento que lhe é estranho não constitui primazia do proletariado. A burguesia também dependeu, para fazer sua revolução na França, do “favor” da

7. Ver o artigo de Jean Jaurès publicado em *Manifesto Comunista*, *op. cit.*, p. 137 -159.

revolta da nobreza feudal contra uma monarquia feudal que, por via autoritária, procurava impor-lhe sacrifícios. Foi a revolta da nobreza feudal contra a tentativa de reforma fiscal de Luis XVI, e a conseqüente convocação dos Estados Gerais, que “arrastou” a burguesia e, atrás dela, a pequena burguesia e o campesinato, para a luta política.⁸ O processo político é repleto desses “paradoxos”. O egoísmo de classe ou de fração pode cegar: a nobreza feudal recusou-se a entregar os anéis na reforma fiscal e perdeu tudo na reforma agrária realizada pela revolução. Tais “paradoxos” não indicam, ao contrário do que pretende Jean Jaurès, imaturidade ou incompetência das classes que se aproveitam das brechas abertas pela ação de seus inimigos.

A segunda crítica de Jaurès consiste em afirmar que a teoria da “revolução parasita” está, no ano de 1901 quando ele escreve o seu artigo, superada pela história. “O período revolucionário da burguesia terminou. (...) Agora, é sem cobertura, no amplo terreno da legalidade democrática e do sufrágio universal que o proletariado socialista prepara, estende, organiza a sua revolução.” (*op. cit.*, p. 149)

Ora, é possível sustentar que, alguns anos após a publicação do texto de Jean Jaurès, a teoria da “revolução parasita” funcionou na Rússia czarista. Uma revolução democrático-burguesa transformou-se numa revolução operária e popular. Isso não significa que a história confirmou o conjunto da análise de Marx e Engels, mais não nos dispensa tampouco de apontar onde Jean Jaurès errou.

IV

Marx e Engels erraram na avaliação das potencialidades de expansão do capitalismo em meados do século XIX. A revolução proletária não se converteu em possibilidade real em nenhum país europeu na crise revolucionária de 1848. Porém, seu método de análise sobre o processo de constituição do proletariado em classe e sobre as condições para que o proletariado se erijisse em classe dominante revelou-se correto. O desenvolvimento industrial e o tamanho do contingente de operários, se podem ser importantes para a formação do movimento sindical, revelam-se de importância apenas relativa quando se trata da formação do movimento socialista. Nesse terreno, são as contradições que dividem o

8. Ver o clássico de Georges Lefebvre, *1789, o surgimento da Revolução Francesa*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1990.

conjunto das classes em presença e as crises oriundas dessas contradições, bem como a importância e o posicionamento da intelectualidade, que propiciam o crescimento do socialismo e a revolução proletária. Durante a segunda metade do século XIX, a Inglaterra, país de maior desenvolvimento capitalista, foi a pátria do sindicalismo e ignorou o movimento socialista. No início do século XX, a Rússia, país de baixo desenvolvimento capitalista e de sindicalismo incipiente e fraco, converteu-se no principal centro do movimento socialista internacional. E esse socialismo desenvolveu-se inextricavelmente ligado à luta camponesa, democrática e de libertação nacional. O contraste maior entre grande desenvolvimento capitalista e debilidade do movimento socialista talvez tenha se dado nos Estados Unidos. A rigor, apenas na Alemanha do início deste século, o desenvolvimento industrial, o sindicalismo e o socialismo caminharam juntos; mas não necessariamente nessa ordem: como se sabe, na Alemanha, foi o partido social-democrata, que crescera devido a implantação do sufrágio universal, que criou o sindicalismo operário.

Os erros de Jaurès foram, em primeiro lugar, considerar a revolução burguesa apenas na Europa Ocidental. Ora, o século XX foi o século das revoluções burguesas em inúmeros países da Europa Central, da Ásia e da América Latina. Em alguns desses países uma revolução proletária ou popular foi enxertada na revolução burguesa. Ademais, a passagem do poder político para a classe burguesa é o momento essencial do processo revolucionário burguês, mas não o esgota. O movimento negro pelos direitos civis nos Estados Unidos das décadas de 1950 e 1960 deve ser visto, rigorosamente, como prolongamento da revolução burguesa estadunidense, e é desnecessário lembrar o impulso que tal movimento deu à luta popular naquele país. A luta pela reforma agrária no Brasil também é parte da revolução burguesa, ainda que se desenvolva em bases novas.

Em segundo lugar, Jean Jaurès menosprezou a importância da luta de cada burguesia nacional contra as burguesias rivais dos países estrangeiros. A Guerra Franco-Prussiana esteve na origem da Comuna de Paris. A Primeira Guerra Mundial esteve na origem da Revolução Russa, e originou, também, situações revolucionárias em alguns países da Europa. A Segunda Guerra Mundial favoreceu a luta de libertação nacional e a luta operária nos países periféricos, além de ter favorecido a Revolução Chinesa. A classe operária pôde também se aproveitar dos conflitos entre as burguesias imperialistas para obter reformas importantes, repetindo um caminho já elucidado no *Manifesto*. De fato, a burguesia inglesa, para conquistar o apoio do “seu” operariado na luta contra a agressão do imperialismo

alemão, viu-se obrigada a elaborar o programa do Estado de bem-estar, algo semelhante ao que o gaulismo fora obrigado a fazer na França para soldar a frente de classes do movimento da Resistência Francesa.

Em terceiro lugar, Jaurès ignorou que as contradições entre as diversas frações burguesas — Marx e Engels citam a contradição entre a burguesia industrial e os setores burgueses que tolhem a industrialização, mas poderíamos colocar aqui a contradição entre o grande e o médio capital, entre as burguesias nacionais e o imperialismo, etc. — não desapareceram com o desenvolvimento do capitalismo.

Em suma, o século XX mostrou que a afirmação segundo a qual “a burguesia vive em luta permanente” não pertence a uma realidade histórica superada. As revoluções e reformas realizadas e obtidas pelo movimento operário mostraram também a justeza da tese segundo a qual a luta entre “os de cima” favorece a constituição do proletariado em classe.

Acrescentaríamos que o enfoque esboçado no *Manifesto* pode oferecer pistas importantes para compreender o refluxo do socialismo e da revolução no final do século XX. Mas isso seria tema para outro ensaio.⁹

9. Abordei esse tema no artigo “O economicismo oculta a revolução”, *Crítica Marxista*, nº 2.

O *Manifesto* e a refundação do comunismo

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

As expectativas do *Manifesto Comunista* sobre o curso provável da revolução proletária internacional não se confirmaram. É imperativo, para quantos se empenham ou vierem a se empenhar no esforço de refundar o *programa comunista internacional* para o século XXI, não tergiversar sobre esta constatação que nos salta aos olhos e nos inunda os ouvidos. Quem se pretende herdeiro e continuador do combate pela emancipação da humanidade deve evitar reflexos mentais semelhantes aos daqueles cristãos militantes que nos explicam, contra todas as evidências, que a *Bíblia* tinha razão...

Não porque o *Manifesto* não tivesse tido razão e sim porque não é uma bíblia. Em 1848, era plausível a hipótese de que a classe operária dos países europeus avançados tomasse o poder político pela via revolucionária. Tomou-o em 1871, efemeramente embora, na capital da França. Tomou-o e o conservou na Rússia de 1917. No entanto, ainda que confirmando, em larga medida, as expectativas do *Manifesto* sobre a missão histórica do proletariado europeu e a grande esperança de emancipação do trabalho anunciada em 1848, a revolução de outubro 1917 comportava pelo menos dois componentes fortemente heterodoxos: o partido de vanguarda (organização revolucionária “de tipo novo” relativamente à Liga dos Comunistas em cujo nome Marx e Engels tinham redigido o *Manifesto*) e a aliança da classe operária com o imenso campesinato russo, construída no programa e na ação pela lúcida e audaciosa política dos bolchevistas sob a direção do grande Lenin.

A possibilidade de tal aliança, decisiva para o triunfo da revolução (e não apenas na Rússia, já que, vale lembrar, os soldados que esmagaram a Comuna de Paris eram de origem camponesa), sequer é considerada no

*Professor do Departamento de História, IFCH, Unicamp.

Manifesto. Ao contrário, o camponês (der Bauer) é aí apresentado, com os outros estamentos médios (Mittelstände), como “conservadores, mais ainda, reacionários, já que tentam virar para trás a roda da História”. Sabemos que não foi esta a última palavra de Marx e de Engels sobre os camponeses. Mas justamente, as retificações que empreenderam mais tarde foram sempre no sentido de enfatizar a importância da aliança da classe operária com outras forças sociais potencialmente anticapitalistas. Assim, em 1875, criticaram acerbamente, entre outros “absurdos” do programa do partido operário social-democrata alemão adotado no congresso de Gotha, a tese de que “em face da classe dos trabalhadores, todas as outras classes não passam de uma massa reacionária”. Esclarecem que as camadas médias e os camponeses são reacionários na medida em que travam contra a burguesia, para preservar “todas suas posições sociais decorrentes de modos de produção obsoletos”, uma luta condenada ao fracasso porque o avanço da grande indústria (capitalista) é inexorável. Mas podem se tornar revolucionários na medida em que se proletarizam. Vale dizer: deixam de ser reacionários e podem se tornar revolucionários na medida em que deixam de ser camadas médias e camponeses... Ainda não está contemplada, portanto, na *Crítica ao programa de Gotha*, a possibilidade da aliança da classe operária com os camponeses enquanto tais. Ela será reconhecida na carta de 8 de março de 1881 a Vera Zasulich, em que Marx concorda com a tese de que a comuna rural “é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia”.

Não por acaso, a classe operária triunfou na Rússia porque garantiu aos camponeses a paz e a terra, livrando-os da hecatombe nas trincheiras da “Grande Guerra” e da exploração dos grandes agrários. Assim, a formação do primeiro Estado operário simultaneamente confirmou e retificou as perspectivas de uma revolução proletária internacional. Enquanto durou o exaltante influxo da Revolução de Outubro, os dirigentes soviéticos, tanto quanto os do movimento operário revolucionário europeu, interpretaram a “retificação bolchevista” como mero desvio de rota relativamente ao curso da revolução proletária previsto no *Manifesto*, de resto previsto em boa medida pelo Marx de 1881. Continuaram confiantes em que, rompido o *elo mais fraco* do capitalismo, o proletariado logo conquistaria o poder nos países economicamente mais avançados: o grande rio da História voltaria a seu curso normal. Tanto assim que Lenin, em geral comedido e sóbrio em suas previsões, concluiu o discurso de encerramento do Congresso de fundação da Internacional Comunista, em 6 de março 1919, com a solene declaração de que estava próxima a hora da fundação da República Mundial dos Soviotes. A previsão pode, *ex*

post, parecer excessivamente otimista. Mas a descoberta retrospectiva de que aquilo que não ocorreu não poderia mesmo ter ocorrido é marca registrada dos conformistas e dos oportunistas. Em 1919, era objetivamente possível fazer “o mundo mudar de base”. Os dirigentes da Rússia revolucionária e do movimento comunista internacional tiveram pois razão de considerá-la o prelúdio da vitória do proletariado na Europa central e ocidental. Quatro ou cinco anos depois, entretanto, no mesmo momento em que morria o fundador do bolchevismo, a vaga revolucionária do proletariado europeu quebrava-se nas muralhas da reação.

Antes mesmo, porém, do esmagamento das revoluções operárias européias de 1918-1924, a traição social-democrata ao compromisso solene de lutar contra a guerra e de não permitir que as burguesias dos países beligerantes se servissem de “seus” trabalhadores como budra de canhão, introduzira no movimento operário europeu uma amarga e duradoura ruptura. Desde então, a corrente de fundo do movimento revolucionário deslocou-se para a periferia colonial do sistema capitalista mundial, mudando, por isso mesmo, de forma (guerras revolucionárias) e de conteúdo (libertação nacional). Onde e quando estas revoluções anticoloniais e antiimperialistas aprofundaram-se rumo ao socialismo, estava sempre presente a fórmula da vitória soviética: a *aliança operário-camponesa*. Claro que variaram tanto o peso relativo destas duas grandes forças sociais quanto as formas de organização política e militar do combate revolucionário. Mas o essencial é que, a começar pela longa marcha de libertação da antiqüíssima e imensa sociedade chinesa — primeiro grande passo para a emancipação dos povos da Ásia submetidos ao jugo colonial-imperialista — todas as lutas revolucionárias *vitórias* nos três continentes submetidos à agressão colonial e à dominação imperialista articularam-se em torno de uma plataforma de *frente de libertação nacional*. Nenhuma portanto correspondeu à antevisão do processo histórico formulada em 1848 por Marx e Engels.

Porque então, a despeito de não ter sido confirmado pelos fatos, continuamos a considerar aquele texto escrito há cento e cinquenta anos como referência fundante e sempre essencial para o combate contra a ordem do capital? Deixemos ao humanismo liberal a banal redução de sua importância à denúncia brilhante e indignada dos sofrimentos impostos aos operários no início da Revolução Industrial. Sem dúvida, todo grande manifesto político é *também* um texto de propaganda, um apelo à mobilização e ao combate. Porém o de Marx e Engels propagou-se pelo mundo inteiro não apenas pela insuperável força expressiva do que diz,

mas também e principalmente por conter “a exposição geral das condições efetivas de (...) um movimento histórico que se desenvolve sob nossos olhos”. Em torno desta locução adverbial gravita a questão que hoje nos importa: *unter unsern Augen* escreveram em 1848 os dois autores. Se o mesmo movimento histórico continua a se desenvolver sob *nossos* olhos de 1998, se é o próprio desenvolvimento do capitalismo que engendra a necessidade de sua superação, então a mais essencial das teses enunciadas há cento e cinquenta anos permanece válida, ainda que a ruptura revolucionária então anunciada não se tenha verificado, isto é, ainda que o curso da história não tenha confirmado a *expectativa* de que o proletariado rompesse a ordem do capital nos países europeus avançados e instaurasse uma livre associação de produtores, na qual, para utilizarmos uma linguagem que até os liberais entendem, os meios de produção se tornassem patrimônio comum da humanidade.

Por isso, enquanto exposição da lógica objetiva da expansão planetária da burguesia, enquanto primeira formulação da genial descoberta teórica de que o capitalismo é um modo de produção historicamente determinado, cujos limites correspondem à contradição entre o caráter crescentemente social que seu próprio desenvolvimento imprime às forças de produção e o caráter crescentemente privado (concentrado e centralizado) da apropriação dos meios de produção, o programa revolucionário de 1848 continua a constituir o texto fundante do movimento comunista internacional. Entretanto, se hoje falamos em *refundação* é porque, sendo indeterminado o ponto até onde podem ser dilatados os termos daquela contradição e não sendo fatal o sucesso de nenhuma empreitada, o *Manifesto* não evocou a possibilidade de que a revolução operária europeia fosse bloqueada por um longo período, não conseguindo portanto libertar a Humanidade da barbárie mercadológica. Não as evocou porque uma convocação ao combate deve enfatizar a perspectiva da vitória em vez de especular sobre a eventualidade da derrota. Entretanto, após um século e meio de grandiosas, mas frustradas, tentativas de superação revolucionária da dominação burguesa, somos obrigados a encarar uma situação histórica em que o capitalismo, imitando à sua maneira a legendária ave Fênix, renasceu de suas próprias fezes, e, reconfortado pelos tropeços da difícil construção do socialismo, faz pairar a perspectiva, catastrófica para a humanidade, de um novo ciclo de horrores semelhante aos imensos cortejos de atrocidades que provocou no terrível século XX: duas guerras mundiais, uso da arma atômica, risco permanente de catástrofe nuclear, tempestades de aço, chumbo e *napalm* na periferia colonial, etc.

Em face deste horizonte sombrio, o *Manifesto* continua iluminando, com a limpidez de toda grande descoberta teórica, a luta contra a barbárie globalizada. Se não nos é dado, em 1998, reafirmar com igual otimismo as perspectivas anunciadas em 1848, sabemos, mais do que nunca, que não há alternativa ao socialismo, salvo a barbárie imperial-capitalista que os milionários, os reacionários, os tolos e os arrivistas comemoram como o “fim da História”. Se examinamos retrospectivamente o processo histórico que separa aquelas duas datas, tempo histórico em que, segundo as expectativas de Marx e Engels, a classe operária dos países mais adiantados da Europa deveria ter operado a passagem revolucionária ao socialismo, constatamos o terrível custo que a longa sobrevivência do capitalismo impôs e continua impondo à humanidade. Mas é nas horas difíceis que conhecemos nossos amigos. Os amigos do *Manifesto* são os amigos do gênero humano.

O Manifesto Comunista e sua recepção no Brasil

CLAUDIO H. M. BATALHA

Publicado originalmente em 1848 em Londres, numa edição anônima, pela Sociedade Educativa para Trabalhadores (*Bildungs Gesellschaft für Arbeiter*) de J. C. Burghard, o *Manifesto do Partido Comunista (Manifest der Kommunistischen Partei)*, teve uma circulação relativamente restrita com essa e com as outras edições que se seguiram e ficaria praticamente esquecido após a derrota definitiva dos movimentos iniciados em 1848. Mesmo na Alemanha o texto só passaria a ter maior difusão por volta de 1870. Os nomes de Karl Marx e Friedrich Engels aparecem pela primeira vez como os autores do texto na edição alemã de 1872, publicada em Leipzig, já com o título de *Manifesto Comunista (Kommunistische Manifest)*.¹

Se Engels no “Prefácio à edição alemã de 1890” fornece uma explicação para o uso do adjetivo *comunista* em 1848, já que naquele momento o uso do adjetivo socialista permitiria confusão tanto com “os partidários de diferentes sistemas utópicos” como com os “numerosos curandeiros sociais”, não parece que tenha havido qualquer explicação para a supressão do termo *partido*, a partir da edição alemã de 1872, presente na edição original.² No entanto nas traduções para outras línguas as duas fórmulas continuaram a ser empregadas de forma mais ou menos aleatória, ainda que haja uma preferência mais nítida nas traduções para línguas latinas — o que é evidente no caso francês — pelo título de 1848.

*Professor do Departamento de História, IFCH, Unicamp.

1. Cf. “Note de l’editeur” in: *Manifeste du Parti Communiste*, Paris, Bureau d’Editions, s.d.; “Escritos de Marx e Engels”. In: Tom Bottomore (org.), *Dicionário do pensamento marxista*, Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 410; F. Engels “Do prefácio à edição alemã de 1890”. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Textos*, São Paulo, Edições Sociais, s.d., vol. 3, p. 18; Eric J. Hobsbawm, “A fortuna das edições de Marx e Engels”. In: vv. aa., *História do marxismo*, vol. 1, *O marxismo no tempo de Marx*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 425.

2. Engels, *op. cit.* p. 19.

Há duas hipóteses que podem ser aventadas para a mudança no título: uma mudança semântica do termo partido entre meados do século XIX e as décadas de 1870; ou o surgimento de partidos políticos operários que adotassem uma denominação que não fosse a de partido comunista. Ambas as hipóteses parecem plausíveis. Em meados do século XIX o termo partido era freqüentemente empregado para designar uma corrente, um grupo e não propriamente uma organização. O próprio Marx refere-se, por exemplo, ao “partido da ordem”, que obviamente não remete a uma organização específica. Já mais para final do século XIX o termo é geralmente empregado para designar uma organização determinada. Por outro lado, é preciso lembrar que com a fundação, em 1869, do Partido Operário Social-Democrata (*Sozialdemokratische Arbeiterpartei*, SDAP), que contava com August Bebel e Wilhelm Liebknecht entre seus dirigentes e que ao fundir-se com os lassallianos em 1875 daria origem ao SPD; Marx e Engels — mesmo a contragosto — seriam confrontados com uma nova realidade: a dos partidos socialistas operários nacionais, marca do movimento socialista no final do século XIX.³

Por outro lado, pelo menos em parte, o tempo decorrido entre a publicação inicial do *Manifesto do Partido Comunista* em 1848 e sua efetiva divulgação nos meios socialistas e operários europeus, que só ocorreria décadas mais tarde, pode ser atribuído ao fato de que Marx e Engels viam como classe revolucionária “uma classe operária moderna”, leia-se fabril, que em meados do século XIX estava longe de representar a maioria do operariado na Europa ocidental, inclusive na Inglaterra.⁴

Na França afora a edição de 1848 mencionada por Marx e Engels no “Prefácio à edição alemã de 1872” e que aparentemente teve pouca repercussão, uma nova edição francesa do texto integral do *Manifesto* somente apareceria em 1882 com a publicação pelo jornal guesdista *L’Egalité* da tradução de Laura Lafargue. Essa mesma tradução, que seria reproduzida por diversos jornais durante os anos seguintes, teria sua

3. Cf. Franz Mehring, *Carlos Marx. Historia de su vida*, 2ª ed., Barcelona/Buenos Aires/Cidade do México: Grijalbo, 1967, p. 519-526; Bernard H. Moss, *Aux origines du mouvement ouvrier français. Le socialisme des ouvriers de métier 1830-1914*, Paris, Les Belles Lettres, 1985, p. 141, 201.

4. A esse respeito ver: Jacques Droz, “O socialismo alemão do Vormärz”. In: J. Droz (dir.), *História Geral do Socialismo*, vol. 2, *O socialismo utópico até 1848*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 607; Dick Geary, *European Labour Protest: 1840-1939*, Londres: Methuen, 1984, p. 25; Moss, *op. cit.*, p. 17; além do meu próprio “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 12 (23/24), set. 1991- ago. 1992, p. 116.

primeira publicação sob forma de livro em 1895, numa brochura de 36 páginas.⁵

A precariedade do conhecimento da obra de Marx entre os guesdistas, corrente socialista mais próxima do marxismo, deveu-se ao desconhecimento do alemão por parte de seus principais dirigentes, (Jules Guesde, Gabriel Deville, e inclusive o próprio Paul Lafargue), à ausência durante um largo período de traduções, e à pouca importância atribuída à teoria por essa corrente.⁶ Isso teria conduzido a consolidação de uma versão extremamente simplificada do marxismo na França desse período, o que teria levado Marx a dizer, referindo-se ao marxismo na França, “eu não sou marxista”.⁷

No caso brasileiro, as referências a Marx e à sua obra na imprensa operária de fins do século XIX e início do século XX têm quase sempre um caráter ritual, e não denotam um efetivo conhecimento da teoria marxista. A frase estampada na capa da edição original de 1848 do *Manifesto do Partido Comunista* e que também encerra o texto: “Proletários de todos os países, uni-vos!”, freqüentemente reproduzida por essa imprensa, acabou sendo celebrizada pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ao adotá-la como sua máxima. O pouco de Marx que era conhecido chegava através da obra de vulgarizadores como Deville ou Enrico Ferri, quase sempre em francês.⁸ Nos últimos anos do século passado, do próprio Marx, a única obra disponível era a tradução para o francês por Joseph Roy do livro primeiro de *O Capital*, à qual se juntaria pouco depois o *Manifesto* na tradução de Laura Lafargue. Há uma referência direta ao título em francês no *Manifesto de 1902* do Partido Socialista Brasileiro, entre os “livros mais recomendados para o estudo do socialismo científico”.⁹

5. Cf. Maurice Dommanget, *L'Introduction du marxisme en France*, Lausanne, Editions Rencontre, 1969, p. 68.

6. Cf. Claude Willard, *Les guesdistes. Le mouvement socialiste en France (1893-1905)*, Paris, Editions Sociales, 1965, p. 26-31.

7. *Ibid.*, p. 30.

8. Para a discussão dessa questão ver: Leandro Konder, *A derrota da dialética. A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*, Rio de Janeiro, Campus, 1988, caps. III e IV; e, o meu próprio, “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil*, vol. 2, *Os influxos teóricos*, Campinas, Editora da Unicamp, 1995, p. 11-44.

9. Partido Socialista Brasileiro, “O Conselho Geral do Partido aos habitantes do Brasil, especialmente os proletários: Manifesto”, *O Estado de S. Paulo*, 28/8/1902, p. 3.

Assim, com exceção dos dirigentes social-democratas da Associação Geral dos Trabalhadores (*Allgemeinem Arbeiter-Verein*) de São Paulo, atuante desde o início dos anos 1890, que seguramente tinham acesso ao texto em alemão, é improvável que outros dirigentes socialistas tivessem acesso ao texto integral em francês antes de 1895, quando a tradução de Laura Lafargue foi publicada em livro.

Desse modo o texto do *Manifesto* permaneceu durante muito tempo desconhecido para os brasileiros que não lessem outras línguas. Uma das primeiras traduções foi a de Octavio Brandão a partir da versão francesa de Laura Lafargue, inicialmente publicada em partes entre julho e dezembro de 1923 no jornal carioca *Voz Cosmopolita*, publicado por um grupo de empregados em hotéis, restaurantes, cafés, bares e anexos, cuja associação, o Centro Cosmopolita, era então próxima do Partido Comunista.¹⁰ Ainda no início da publicação em partes do *Manifesto Comunista* os redatores do jornal lançaram o seguinte apelo, a julgar pelo estilo de autoria do próprio Brandão:

Pedimos a todos os comunistas e simpatizantes, a todas as associações operárias do Brasil, a todos os trabalhadores da terra e mar, dos rios, das lagoas:

1º — que leiam três, quatro vezes essa obra de Marx, pedra fundamental do comunismo, procurando compreendê-la o mais possível;

2º — que os proletários travem discussões em torno dela, nos sindicatos, nas fábricas, nas usinas, nos engenhos, no alto mar;

3º — que transcrevam essas páginas imortais no maior número possível de jornais, revistas, etc.;

4º — que façam palestras, conferências em torno dos trechos mais importantes.

Só assim o proletariado do Brasil mostrar-se-a digno da causa do proletariado mundial.¹¹

E seguindo essa diretriz o próprio tradutor, além de Astrojildo Pereira e de Paulo de Lacerda, fez palestras e leituras para os trabalhadores do texto publicado.

Ao final de sua tradução Brandão acrescentou:

Traduzido nos dias amargos de maio, junho e julho de 1923, como um protesto contra as perseguições ao Partido Comunista do Brasil.

Rio, 26 de julho de 1923¹²

10. Cf. Octavio Brandão, *Combates e batalhas: memórias*, São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 241-242.

11. “Manifesto Comunista”, *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 2 (27), 31/7/1923, p. 3. Essa citação teve a ortografia e a acentuação atualizadas.

12. *Voz Cosmopolita*, 2 (36), 15/12/1923, p. 3.

Essa mesma tradução seria publicada sob a forma de livro em 1924 em Porto Alegre, custeado pela organização local do Partido Comunista, de cuja tiragem de 3 mil exemplares centenas teriam sido queimados por ordem da direção dos Correios de Porto Alegre, onde se encontravam para serem remetidos para outros pontos do país, conforme denunciava carta do Secretariado Internacional do PC endereçada à *Correspondance Internationale*.¹³

Em 1931 há uma nova edição pelas Edições Estudos Sociais do Rio de Janeiro e pelas Edições Unitas de São Paulo, que não traz qualquer dado sobre o tradutor, a língua do original ou a edição que foi utilizada na tradução. Aliás, desse momento em diante, passa a ser comum a ausência de informações sobre o tradutor e a edição traduzida. Ainda nos anos 30 há uma reimpressão da edição de 1931.¹⁴

Em 1945, sinal inequívoco do clima do imediato pós-guerra com a legalidade do PCB no auge do seu prestígio, são lançadas nada menos que quatro edições do *Manifesto*, todas por editoras do Rio de Janeiro. A única a trazer o nome do tradutor é a do Editorial Calvino em que o *Manifesto do Partido Comunista*, acompanhado de uma introdução histórica de D. Riazanov, foi traduzido por Eneida (nome de pluma da escritora Eneida de Moraes, 1904-1971). Seguramente essa tradução foi de uma edição francesa, língua que Eneida dominava. Assim como a Calvino, outra editora próxima ao PCB, a Edições Horizonte, também lançou sua edição, primeiro título da coleção “Clássicos do marxismo”.¹⁵ Houve, ainda naquele ano, uma edição das Edições Triângulo, precedida de um ensaio de Lenin, e outra das Edições Incahuasi, na “Coleção popular de obras sociais”.

Já em plena “guerra fria” numa conjuntura política extremamente adversa, quando o PCB retornara a clandestinidade e passara a pregar a

13. Documento reproduzido por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall (orgs.), *A classe operário no Brasil, 1889-1930: documentos*, vol. 1, *O movimento operário*, São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 268-270; ver também Comissão Comemorativa do Centenário do Manifesto Comunista, “Edições Brasileiras do ‘Manifesto Comunista’ ”. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, edição comemorativa do centenário, s.l. Rio de Janeiro, Vitória, s.d. [1948].

14. Há uma discrepância entre as fontes quanto ao ano dessa reimpressão, segundo a Comissão Comemorativa do Centenário do Manifesto Comunista (*op. cit.*) teria ocorrido em 1932, já na edição brasileira de Bottomore (*loc. cit.*) o ano teria sido 1934. E, evidentemente, não se pode descartar a hipótese de que tenham ocorrido duas reimpressões em 1932 e 1934.

15. Segundo Bottomore (*loc. cit.*) essa edição teve uma tiragem de 50 mil exemplares em comemoração à legalização do PCB. Não há nada porém nos exemplares dessa edição que indique as dimensões da tiragem.

derrubada do governo Dutra, depois de ter seu registro cassado em 1947, seguido da cassação do registro dos seus parlamentares em janeiro de 1948; foi lançada pela Editorial Vitória, ligada àquele partido, uma edição comemorativa do centenário do *Manifesto Comunista*. Essa publicação da Vitória teria novas edições em 1954, 1955 e 1960.

Na época do centenário da publicação, o discurso dominante na imprensa comunista é o da apropriação do legado de Marx e Engels como forma de legitimação do Estado soviético e dos seus dirigentes. Em janeiro de 1948, *A Classe Operária*, jornal oficial do PCB deu início a uma série de artigos sobre o *Manifesto*. Sob a rubrica geral de “No centenário do *Manifesto Comunista*: Vitórias decisivas do socialismo no mundo”, há tanto notícias exaltando a maquinaria agrícola da União Soviética e o último plano quinquenal, como um relato das “vitórias” eleitorais do Partido Comunista Francês e a reprodução do verbete sobre o *Manifesto Comunista* do *Dicionário de Filosofia* de Rosental e Yudin, que termina do seguinte modo: “O triunfo do socialismo na União Soviética, obtido sob a direção do Partido de Lenin e Stalin, trouxe o maior triunfo das idéias expostas por Marx e Engels no imortal *Manifesto do Partido Comunista*, neste ‘cântico dos cânticos’ do comunismo, segundo a expressão de Stalin”.¹⁶

Paralelamente às edições específicas do *Manifesto*, a Vitória publicou em 1956 o texto inserido no volume 1 de sua edição das *Obras escolhidas* de Marx e Engels, tradução das versões em inglês e em espanhol da edição soviética preparada pelo Instituto Marx-Engels-Lenin e publicada pelas Edições em Línguas Estrangeiras de Moscou.

Depois do golpe de 1964, com exceção de edições clandestinas mimeografadas¹⁷ o *Manifesto* só voltaria a ser publicado na segunda metade dos anos 70. A edição das *Obras escolhidas* da Vitória seria retomada em 1975-1976 pelas Edições Sociais de São Paulo, que — numa possível tentativa de evitar a evidente ligação com a edição da Vitória — batizou a coletânea de *Textos* e alterou a ordem dos volumes (o *Manifesto* integrante do volume 1 na publicação da Vitória, passou a fazer parte do volume 3 na nova publicação), além de omitir qualquer referência à edição utilizada para a tradução. Poucos anos depois, em 1980, a Editora Alfa-Ômega de São Paulo, retomaria o título original, *Obras escolhidas* e a ordem original dos volumes da edição da Vitória, e apesar de não fazer qualquer referência àquela editora, informava aos leitores

16. *A Classe Operária*, 3 (109), 27/1/1948, p. 4-5.

17. Um exemplo dessas edições pode ser encontrada no acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, depositado no Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/Unicamp.

que a edição fora realizada com base na edição soviética de 1953. Na “nota da editora” havia ainda um esforço de minimizar o alcance político da publicação ressaltando seu caráter acadêmico: “Os três volumes da coletânea estiveram desaparecidos das livrarias, durante os anos de arbítrio, e retomam, agora, em edição da Alfa-Ômega especialmente dedicada aos pesquisadores voltados ao estudo da ciência política”.¹⁸

Ainda em 1978 a Editora Zahar do Rio de Janeiro lançou uma tradução da edição inglesa de 1948, organizada por H. J. Laski, comemorativa do centenário do *Manifesto*, pondo fim à hegemonia das edições soviéticas estabelecida desde a década de 50. Sinal dos tempos e de uma certa iconoclastia, a editora trotskista Versus de São Paulo lançou, em abril de 1979, uma versão brasileira da edição em quadrinhos do *Manifesto* adaptada e desenhada por Rodolfo Marcenaro. Essa edição teve tanto sucesso, que em julho do mesmo ano era lançada uma segunda edição, dessa vez acompanhada de “90 anos do *Manifesto*” de Leon Trotski, texto datado de outubro de 1937.

Desde então foram várias as edições brasileiras, freqüentemente contendo novas traduções, que buscam uma maior fidelidade ao texto original, e acompanhadas de novos estudos introdutórios, mas isso já ocorreu em uma conjuntura menos problemática para esse tipo de publicação e sem o impacto político de outros tempos.

O *Manifesto* é talvez um dos mais pujantes dos textos de Marx e Engels e certamente a mais acessível síntese das concepções de seus autores na época em que foi elaborado. É também sob vários aspectos um texto visionário, mas, justamente por isso, padeceu na origem de um duplo anacronismo. Ao nascer chegou cedo demais para 1848, quando a classe operária a quem se endereçava era ainda uma virtualidade. E chegou tarde demais para o final do século XIX, época que começou sua maior difusão, quando a realidade político-partidária era substancialmente distinta. Ainda, na medida em que o texto consistia num chamamento para uma revolução, que parecia próxima, ia de encontro à política cada vez mais gradualista dos partidos social-democratas, cada vez mais institucionalizados. Ao ganhar novo fôlego depois de 1917, às expensas de seu significado original, o próprio termo partido comunista recuperado do título inicial facilitou a confusão com o modelo de partido leninista que a Terceira Internacional se encarregou de propagar. No Brasil, onde sua tradução foi tardia, foi sobretudo essa última característica que acabou prevalecendo.

18. Editora Alfa-Ômega, “Nota da editora”. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*, São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., vol. 1.